

# Relatório de Gestão - 2007

Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR

## Abril de 2008

### Sumário

1. Identificação .....	04
2. Responsabilidades Institucionais .....	07
2.1. Papel da Unidade na execução das Políticas Públicas .....	07
3. Estratégia de atuação .....	08
4. Gestão de Programas e Ações .....	26
4.1 Programas .....	26
4.1.1. Programa 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.....	26
4.1.1.1. Dados Gerais .....	26
4.1.1.2. Principais Ações de Programa .....	27
4.1.1.3. Gestão das Ações .....	28
4.1.1.3.1 Ação OE41 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento da ADA/ADENE .....	28
4.1.1.3.1.1. Dados Gerais .....	28
4.1.1.3.1.2. Resultados .....	28
4.1.1.3.2. Ação 8349 – Avaliação de Impactos das Políticas Públicas e dos Instrumentos de Desenvolvimento .....	29
4.1.1.3.2.1. Dados Gerais .....	29
4.1.1.3.2.2. Resultados .....	29
4.1.1.3.3. Ação 4664 - Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial .....	30
4.1.1.3.3.1. Dados Gerais .....	30
4.1.1.3.3.2. Resultados .....	30
4.1.1.3.4. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa .....	31
4.1.1.3.4.1. Dados Gerais .....	31
4.1.1.3.4.2. Resultados .....	31
4.1.1.3.5. Ação 104 M - Estruturação de Sistema de Informações para o Desenvolvimento Regional .....	32
4.1.1.3.5.1. Dados Gerais .....	32
4.1.1.3.5.2. Resultados .....	32
4.1.1.3.6. Ação 6421 – Estruturação, Promoção e Coordenação da Rede de Desenvolvimento Regional de Políticas Públicas, Programas e Ações Relevantes para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial em cada Instância de Governo.....	33
4.1.1.3.6.1. Dados Gerais .....	33
4.1.1.3.6.2. Resultados .....	33
4.1.1.3.7. Ação 4534 – Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.....	34
4.1.1.3.7.1. Dados Gerais .....	34
4.1.1.3.7.2. Resultados .....	34
4.1.1.3.8. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação .....	35
4.1.1.3.8.1. Dados Gerais .....	35
4.1.1.3.8.2. Resultados .....	35
4.1.1.3.9. Ação 8621 – Estudos para Projetos de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Nacional .....	38
4.1.1.3.9.1. Dados Gerais .....	38
4.1.1.3.9.2. Resultados .....	38

4.1.1.3.10. Ação 8785 – Gestão e coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.....	39
4.1.1.3.10.1. Dados Gerais .....	39
4.1.1.3.10.2. Resultados .....	39
5. Desempenho operacional .....	40
6. Previdência Complementar Patrocinada .....	41
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal .....	42
8. Operações de Fundos (conforme Item 7 do Anexo II DN-TCU 85-2007).....	43
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007) .....	44
 Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	 45
 Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	 46
 Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .....	 47
 Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	 48
 Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .....	 50
 Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	 51
 Anexo G – Documentação: Tabela de passagens e diárias da SDR e Solicitações de Viagens .....	 52

## 1. Identificação

Tabela 1 - Dados identificatórios da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério da Integração Nacional - MI
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação do Diário Oficial da União	<p>MP 1911 datada de 29.07.2007; Regimento Interno Portaria nº. 436, de 28.02.2007. De acordo com o Decreto nº. 5.487, de 14 de julho de 2006, que aprovou a Estrutura Regimental deste Ministério, e de acordo com os arts. 9º 10º e 11º, é de competência da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento nacional integrada;</li><li>2. Promover a participação institucional do Ministério da Integração Nacional em instâncias representativas do desenvolvimento regional;</li><li>3. Promover a articulação e integração de ações direcionadas à integração nacional e ao desenvolvimento regional;</li><li>4. Estabelecer estratégias de integração das economias regionais;</li><li>5. Articular e acompanhar as ações relativas ao zoneamento ecológico-econômico no âmbito das competências do Ministério;</li><li>6. Estabelecer diretrizes para orientar as ações de ordenação territorial;</li><li>7. Propor diretrizes e prioridades, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO), em articulação com os órgãos regionais de desenvolvimento e a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO);</li><li>8. Propor diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento regionais e dos benefícios e incentivos fiscais;</li><li>9. Propor normas para a operacionalização dos programas de financiamento do FNO, FNE e das programações orçamentárias dos fundos de desenvolvimento regionais; e</li><li>10. Exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos Deliberativos para o Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.</li></ol> <p><u>Ao Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional</u></p>

competes:

- I. Coordenar, promover e compatibilizar estudos, visando à formulação e implementação da política de desenvolvimento nacional integrada e o desenvolvimento regional;
- II. Acompanhar e avaliar a execução da política de desenvolvimento nacional integrada;
- III. Desenvolver estudos para a promoção da coesão territorial e social entre os entes federativos e para a ampliação e consolidação de seus elos econômicos;
- IV. Coordenar a formulação, acompanhar e avaliar a implementação de planos e programas regionais de desenvolvimento;
- V. Desenvolver estudos, acompanhar e avaliar o impacto das ações governamentais na condução da política de desenvolvimento nacional integrada e no desenvolvimento regional;
- VI. Conceber, implementar e operar sistema informatizado de acompanhamento e avaliação da execução dos planos regionais de desenvolvimento;
- VII. Promover a articulação e integração das políticas, dos planos e dos programas regionais de desenvolvimento em âmbito federal, estadual e municipal, bem assim com o setor privado e a sociedade civil;
- VIII. Acompanhar, analisar e avaliar os aspectos institucionais da execução da política de desenvolvimento nacional integrada;
- IX. Compatibilizar os critérios de aplicação dos recursos dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional com a política de desenvolvimento nacional integrada; e
- X. Realizar estudos de zoneamento ecológico-econômico e ordenação territorial.

Ao Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional compete:

- I. Propor as diretrizes e prioridades, em consonância com os Planos Regionais de Desenvolvimento, para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em articulação com os órgãos regionais de desenvolvimento e com a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste;
- II. Coordenar o estabelecimento das diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos dos Fundos de

	<p>Desenvolvimento Regionais e dos benefícios e incentivos fiscais;</p> <p>III. Elaborar estudos com vistas à uniformização de normas e procedimentos operacionais dos Fundos Constitucionais de Financiamento;</p> <p>IV. Acompanhar e propor, quando necessário, ajustes na regulamentação dos Fundos de Desenvolvimento Regionais;</p> <p>V. Analisar as propostas de programações orçamentárias anuais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO), compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e prioridades traçadas pelo Ministério;</p> <p>VI. Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, dos Fundos de Desenvolvimento Regionais e dos benefícios e incentivos fiscais, em articulação com os órgãos regionais gestores do FNE, FNO e Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO);</p> <p>VII. Avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, no que concerne ao cumprimento das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério;</p> <p>VIII. Representar o Ministério, no âmbito das competências da Secretaria, nas questões institucionais relativas aos Fundos Constitucionais de Financiamento e aos Fundos de Desenvolvimento Regional; e</p> <p>IX. Orientar e coordenar a avaliação dos impactos sociais e econômicos decorrentes da aplicação dos recursos dos instrumentos de desenvolvimento regional.</p>
<b>CNPJ</b>	Não possui CNPJ
<b>Nome e código no SIAFI</b>	53011
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	53101
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	“Não consolida outras unidades”
<b>Endereço completo da sede</b>	SCN Quadra 1 Bloco A - Edifício Number One – 18º e 19º andar – CEP: 70.711-900 – Brasília – DF – Telefones: (61) 3414-5727 – 5867 – Fax : 3414-5488
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	www.mi.gov.br
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento
<b>Função de governo predominante</b>	Administração
<b>Tipo de atividade</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais .
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome:</b> SDR
	<b>Código:</b> 53011

## **2. Responsabilidades Institucionais**

### 2.1. Papel da Unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) tem por missão formular, conceber e adotar iniciativas referentes à gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada por meio do Decreto Presidencial Nº 6.047, de 22/02/07.

Cuida também da definição de diretrizes e prioridades relacionadas com o acompanhamento de mecanismos de apoio ao desenvolvimento regional, como por exemplo das operações de créditos concedidos ao setor privado por meio dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), e da concessão de incentivos fiscais para a realização de empreendimentos na Amazônia Legal e no Nordeste.

A sua estrutura organizacional decorrente do desenho de sua missão institucional é composta por dois Departamentos: Departamento de Planejamento do Desenvolvimento Regional (DPR), e Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional (DFD).

O DPR cuida do processo de formulação, implementação e acompanhamento de questões relacionadas à gestão da PNDR, enquanto o DFD trata dos Fundos Constitucionais e demais instrumentos disponíveis de financiamento da Política.

No seu espaço institucional interno interage com as demais secretarias do Ministério visando a promoção convergente de suas ações norteadas pelas prioridades e objetivos da PNDR voltadas principalmente para a redução das desigualdades regionais e ativação das potencialidades de desenvolvimento das diferentes regiões do País.

### **3. Estratégia de atuação**

A sanção pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Decreto N° 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, instituindo a PNDR como política de Governo, reafirmou o compromisso do Governo Federal com a redução das desigualdades regionais do país. Com efeito, com a instituição de normas que orientem a ação federal no território, avança-se, inequivocamente, no sentido de se assegurar a necessária convergência da ação pública em benefício de regiões menos favorecidas, detentoras de potencial para a geração de ganhos de produtividade e de competitividade e para a atração de investimentos geradores de emprego e renda.

Em janeiro de 2007, por meio das Leis Complementares 124 e 125, foram criadas as novas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e do Nordeste – Sudene, vinculadas ao Ministério da Integração Nacional. As estruturas regimentais das duas superintendências foram publicadas em Decretos de agosto e outubro de 2007. A criação da nova Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste ainda tramita no Congresso Nacional. Uma das principais atribuições das novas superintendências será elaborar e propor ao Presidente da República, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, anteprojeto de lei que instituirá os respectivos planos e programas regionais de desenvolvimento a serem encaminhados ao Congresso Nacional, para apreciação e deliberação.

Também em 2007 foram lançadas as bases de um processo duradouro de cooperação entre o Governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, e a Diretoria Geral de Políticas Regionais da Comissão Européia. Os entendimentos entre as partes nesse sentido se materializaram com a assinatura do Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Política Regional, celebrado no dia 29 de novembro, por ocasião da realização do Colóquio Internacional de Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia. Uma agenda de cooperação será definida em 2008, para atendimento a demandas de curto, médio e longo prazos.

Dentro do processo de regionalização de políticas públicas, desenvolveu-se o projeto “Exporegiões”, que trata de assuntos de interesse da sociedade brasileira, na medida em que procura evidenciar aspectos estruturais do padrão de uso e ocupação do nosso território e dos mecanismos e instrumentos técnicos e institucionais que os governos federal e estadual buscam utilizar para a ação de redução das desigualdades regionais. Esse projeto prioritário foi apresentado em diversas cidades brasileiras e teve uma versão traduzida para o inglês, a qual foi apresentada em Bruxelas por ocasião do *Open Days*, evento sobre política regional da União Européia, ocorrido em outubro de 2007.

Para a realização dos eventos de capacitação, parcerias foram firmadas com instituições federais e governos estaduais, de forma a possibilitar um maior envolvimento de todos interessados no tema. Para o curso de Gestão Estratégica de Desenvolvimento Local e Regional, contou-se com o apoio do Governo da Bahia e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. A participação de governos municipais ainda necessita de um trabalho prévio mais eficaz, em virtude da realidade de carência da estrutura governamental local.

A implementação do sistema nacional de informações para o desenvolvimento regional fornece suporte à PNDR, à Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT e aos diversos agentes e atores que agem no território, em cada nível, possibilitando demonstrar e construir as articulações necessárias entre objetivos, estratégias e ações voltadas para a redução daquelas desigualdades. Ainda é necessária uma articulação efetiva entre as diversas instituições interessadas na temática de desenvolvimento regional.

Em relação ao ordenamento territorial, a SDR tem exercido a coordenação técnica no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) responsável pela elaboração da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

Ainda na esfera do ordenamento territorial, a SDR representa o MI na Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE), coordenada pelo MMA.

Também na escala nacional, a SDR tem atuado junto ao IBGE e as Secretarias Estaduais de Planejamento na promoção da discussão sobre os critérios que devam nortear a elaboração das regionalizações estaduais, visando a revisão que o IBGE vai realizar das mesorregiões e microrregiões geográficas fixadas em 1989.

Na área do planejamento territorial na Amazônia, a SDR tem coordenado o processo de elaboração de planos estratégicos e operacionais do Governo Federal para a Amazônia Legal. Entre esses, devem ser mencionados: a) o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que deverá ser lançado pelo Presidente Lula e pelos nove Governadores da Região em abril próximo; b) o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, lançado pelo Presidente Lula em 05/06/06, exercendo atualmente a Secretaria-executiva do Comitê Gestor do Plano; e c) o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó, lançado pelo Presidente Lula em 06/12/2007.

Ainda na Amazônia, a SDR tem representado o MI na Comissão Executiva do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Em atividade desenvolvida por Sub-grupo Técnico no âmbito da Comissão Coordenadora do PPCDAM, coordenou, juntamente com o MMA, o processo de consultas públicas referentes a destinação de terras públicas inseridas nas Áreas sob Limitação Administrativa Provisória (ALAP) nas áreas das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da BR-319 (Manaus-Porto Velho). Integra ainda a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO) e integrou a Comissão Coordenadora do ZEE da Área da BR-163 e do Projeto de Avaliação e Planejamento Integrados do Setor Soja na Área de Influência da BR-163.

Esta Secretaria colaborou com a gestão dos instrumentos fiscais e financeiros da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), conforme atividades abaixo mencionadas, abrangendo os incentivos fiscais, os fundos de desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE) e os fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). As atividades relativas ao FCO foram conduzidas em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste deste Ministério:

- a) discussão e elaboração, em conjunto com o Ministério da Fazenda, da proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) a ser apresentado ao Congresso Nacional no âmbito da proposta de reforma tributária no primeiro trimestre de 2008;
- b) preparação de propostas relativas às diretrizes, prioridades e orientações gerais a serem aplicadas aos fundos de desenvolvimento e aos fundos constitucionais, no exercício de 2008. As diretrizes, orientações gerais e prioridades do FDA, FDNE, FNE e FNO foram estabelecidas pelo Sr. Ministro da Integração Nacional e as do FCO pelo Conselho Deliberativo do FCO (CONDEL/FCO);
- c) participação em eventos e análise e parecer sobre as propostas de programações de aplicação dos recursos do FNE e do FNO para 2008, aprovadas pelo Sr. Ministro da Integração Nacional. A programação do FCO foi aprovada pelo CONDEL/FCO;
- d) elaboração de publicações contendo informações de acompanhamento das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento (Sistema de Informações Gerenciais, Desempenho Operacional, Informativos Trimestrais e folder's); dos fundos de desenvolvimento e dos incentivos fiscais;
- e) elaboração de Relatórios de Gestão relativos à prestação de contas do FNO, FNE e FCO, referentes ao exercício de 2006, para compor o processo de prestação de contas dos referidos fundos e apresentação de recomendações aos bancos administradores com o

objetivo aprimorar a operacionalização dos recursos dos fundos. A SDR articular-se-á com o Banco do Nordeste (FNE), com o Banco da Amazônia (FNO), com a SUDENE e com a SUDAM, visando buscar alternativas para uma maior utilização dos recursos;

- f) apoio à elaboração e implementação do Programa de Microfinanças Sustentáveis para a Região Amazônica, visando ampliação das aplicações dos recursos do FNO com o público de baixa renda, em conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica firmado em 13.10.2006 entre os Ministérios da Integração Nacional, do Trabalho e do Meio ambiente e o Banco da Amazônia;
- g) elaboração de notas técnicas e pareceres sobre emendas constitucionais, projetos de leis, medidas provisórias e outros atos de competência deste Ministério relacionados aos fundos constitucionais de financiamento, aos fundos de desenvolvimento e aos incentivos fiscais;
- h) encaminhamento de proposição para redução das taxas de juros dos fundos constitucionais de financiamento, concretizada por meio da edição do Decreto nº 6.367, de 30.01.2008;
- i) pesquisa anual com base em aplicação de questionários junto às empresas beneficiárias de incentivos fiscais, quanto aos aspectos financeiros, sociais, fiscais e ambientais com vistas a avaliação dos efeitos da política e dos impactos existentes e projetados;
- j) elaboração de Relatório de Avaliação dos resultados da aplicação dos incentivos de redução do Imposto de Renda na Amazônia e no Nordeste
- k) elaboração, em conjunto com o Ministério da Fazenda, as superintendências de desenvolvimento (SUDAM e SUDENE) e os bancos operadores (BNB e Banco da Amazônia) de propostas para reformulação dos regulamentos do FDA e do FDNE;

Os instrumentos fiscais e financeiros acima mencionados – fundos constitucionais e fundos de desenvolvimento - foram responsáveis por um volume significativo de recursos contratados para aplicação nas três regiões incentivadas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) no ano de 2007, conforme tabela a seguir:

Em R\$ milhões

<b>FUNDO</b>	<b>FCO</b>	<b>FNE</b>	<b>FNO</b>	<b>FDA</b>	<b>FDNE</b>	<b>Total</b>
<b>Valor Contratado</b>	1.974	4.247	1.110	170	48	<b>7.549</b>

A estimativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) quanto ao volume de incentivos fiscais de redução do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza foi da ordem de R\$ 3.572 milhões, sendo R\$ 2.074 milhões na área de atuação da Sudene e R\$ 1.498 milhões na área de atuação da Sudam.

## **FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO (FNE, FNO, FCO)**

### **Repasses dos Recursos**

Em 2007, a Secretaria Federal de Controle repassou, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, o montante de R\$ 5.359.293 mil para os Fundos, sendo R\$ 1.071.858 mil para o FCO e para o FNO e R\$ 3.215.577 mil para o FNE.

Valores Repassados em 2007 :

Em R\$ mil			
<b>FCO</b>	<b>FNE</b>	<b>FNO</b>	<b>TOTAL</b>
1.071.858	3.215.577	1.071.858	5.359.293

## Contratações Totais

No exercício de 2007, foram contratados com recursos do FNE, empréstimos no montante total de R\$ 4.246.501 mil, envolvendo a realização de 371.316 operações de financiamento. As aplicações totais do FNE no exercício de 2007 representaram cerca de 78,9% do montante programado para o período (R\$ 5.384.667 mil), apresentando uma redução da ordem de 7,4% em relação às aplicações realizadas em 2006.

### FNE - Contratações Totais – 2007

UF	PRONAF A	PRONAF DEMAIS	PRONAF	OUTROS RURAL	TOTAL RURAL	R\$ mil					TOTAL (b)
						Agro industrial	Industrial (1)	Turismo	Infra- estrutura	Comércio e Serviços	
AL	6.925	36.296	43.221	46.708	89.929	5.046	121.396	3.906	0	27.200	247.477
BA	9.843	162.631	172.474	409.902	582.376	11.025	207.005	17.106	276.480	165.404	1.259.396
CE	18.106	134.569	152.675	69.711	222.386	59.651	79.644	1.824	0	164.764	528.269
ES	194	7.520	7.714	38.125	45.839	30.907	2.825	0	0	4.974	84.545
MA	55.161	88.892	144.053	186.119	330.172	4.508	25.463	4.979	9.652	169.501	544.275
MG	655	54.253	54.908	92.941	147.849	1.664	2.298	609	0	31.025	183.445
PB	8.321	49.061	57.382	18.822	76.204	2.605	42.250	1.170	78.365	70.281	270.875
PE	12.041	92.182	104.223	107.171	211.394	5.405	145.703	3.227	52.900	101.194	519.823
PI	25.219	58.122	83.340	76.520	159.860	1.434	5.403	299	0	49.412	216.408
RN	12.020	50.981	63.001	41.191	104.191	1.507	18.446	5.352	0	59.195	188.691
SE	4.329	46.001	50.330	45.981	96.311	1.914	24.170	8.470	20.102	52.330	203.297
<b>Total</b>	<b>152.814</b>	<b>780.507</b>	<b>933.321</b>	<b>1.133.190</b>	<b>2.066.511</b>	<b>125.666</b>	<b>674.603</b>	<b>46.942</b>	<b>437.499</b>	<b>895.280</b>	<b>4.246.501</b>
%	3,6	18,4	22,0	26,7	48,7	3,0	15,9	1,1	10,3	21,0	100,0

Com recursos do FNO foram contratadas 39.995 operações de crédito, no montante de R\$ 1.109.951 mil. O total financiado representou 70,5% da programação de aplicação aprovada para o exercício. Os financiamentos concedidos no ano de 2007 (R\$ 1.109.951 mil) apresentaram um incremento de 12,5%.

### FNO - Contratações Totais – 2007

Unidade Federativa	Previsão anual		Realizado		
	Valor (a)	%	Valor (b)	%	% (b/a)
Acre	157.400	10,0	72.737	6,6	46,2
Amazonas	236.000	15,0	226.199	20,4	95,8
Amapá	157.400	10,0	4.769	0,4	3,0
Pará	393.300	25,0	412.258	37,1	104,8
Rondônia	236.000	15,0	117.771	10,6	49,9
Roraima	157.400	10,0	18.671	1,7	11,9
Tocantins	236.000	15,0	257.546	23,2	109,1
<b>Total</b>	<b>1.573.500<sup>(*)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>1.109.951<sup>(**)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>70,5</b>

Fontes: (\*) Programação Anual de Aplicação do FNO - 2007

Fontes: (\*\*) Banco da Amazônia: Relatório de Atividades - exercício de 2007

No âmbito do FCO foram contratadas 59.613 operações de financiamento comprometendo recursos no total de R\$ 1.973.840 mil, em valores nominais. Comparativamente ao exercício de 2006, em que foram realizadas operações no valor total de R\$ 1.444.350 mil, envolvendo a realização de 51.970 operações, o resultado operacional de 2007 apresentou um incremento de 36,7% no valor total dos empréstimos concedidos e de 14,7% na quantidade de contratos firmados.

## FCO - Contratações Totais – 2007

R\$ mil

Programa/Setor	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor	Nº Op	Valor
<b>EMPRESARIAL</b>	866	113.865	1.785	382.851	525	139.846	785	170.316	3.961	806.877
Industrial	103	16.587	423	219.862	102	87.055	137	92.678	765	416.182
Infra-Estrutura	1	67	0	0	1	167	0	0	2	234
Turismo	26	10.680	83	13.242	33	5.675	53	4.523	195	34.119
Comércio/serv.	736	86.531	1.279	149.747	389	46.949	595	73.115	2.999	356.342
<b>RURAL</b>	1.643	51.395	30.573	528.761	4.824	208.242	18.612	378.564	55.652	1.166.963
Rural/Integr.	215	36.898	3.833	333.509	953	128.465	1.657	209.770	6.658	708.641
Pronaf	1.302	9.024	25.092	172.120	3.137	20.782	7.806	62.141	37.337	264.067
Pronaf - RA	102	916	1.538	11.976	639	10.962	9.073	83.846	11.352	107.700
Pronatureza	22	4.310	68	5.199	20	38.217	7	8.160	117	55.886
Custeio	2	247	42	5.958	75	9.816	69	14.648	188	30.669
Comercialização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	2.509	165.260	32.358	911.612	5.349	348.088	19.397	548.880	59.613	1.973.840

Posição em 31.12.2007

### Aplicações nas Mesorregiões Diferenciadas e na Faixa de Fronteira em 2007

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) reconhece como espaços prioritários as mesorregiões diferenciadas e a faixa de fronteira, motivo pelo qual as aplicações de recursos nesses espaços também são acompanhadas pelo Ministério da Integração Nacional.

FNE - Contratações nas mesorregiões do Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó e Seridó

As contratações realizadas nas mesorregiões da Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, Xingó, Seridó e Bico do Papagaio somaram R\$ 687.874 mil, resultando na realização de 61.424 contratos de empréstimo. O montante aplicado superou em 29,5% o valor global inserido na programação aprovada (R\$ 531.000 mil).

Em termos individuais, as aplicações realizadas na Chapada das Mangabeiras (R\$329.141 mil), Bico do Papagaio (R\$ 63.367 mil) e Seridó (R\$ 38.965 mil) foram superiores aos valores previstos na programação em 161,2%, 134,7% e 25,7%, respectivamente.

Vale registrar que, do total emprestado no âmbito das mesorregiões, R\$ 574.048 mil destinaram-se ao setor rural, sendo R\$ 162.827 mil (28,4%) canalizados para operações do PRONAF e R\$ 411.221 mil (71,6%) aplicados no financiamento de outros programas rurais. Em relação aos empréstimos do PRONAF, foram realizadas 56.052 operações, no valor médio de R\$2.904,93. Para os demais produtores rurais, a quantidade de contratos foi de 3.312, registrando um valor médio, por empréstimo, de R\$ 124.160,93.

Com os demais setores, foram realizadas nas mencionadas mesorregiões, 2.060 operações, no total de R\$ 113.826 mil, com um valor médio de R\$ 55.255,34 por operação.

O quadro a seguir apresentado registra as informações referentes às contratações realizadas no âmbito das mesorregiões:

## FNE - Contratações nas Mesorregiões

R\$ mil

Mesorregião	Previsto (a)	Setor Rural				Demais Setores		TOTAL		% (b/a)
		PRONAF		Outros		Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor (b)	
		Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor					
C. Mangabeira	126.000	5.842	22.135	404	291.664	286	15.342	6.532	329.141	161,2
C. Araripe	86.000	12.183	36.056	502	9.969	583	39.013	13.268	85.038	-1,1
V. Jequit./Mucuri(1)	99.000	8.274	21.367	484	40.462	224	13.539	8.982	75.368	-23,9
Xingó	162.000	18.786	52.512	1.218	25.046	409	18.437	20.413	95.995	-40,7
Bico do Papagaio	27.000	3.112	11.424	267	36.964	195	14.979	3.574	63.367	134,7
Seridó	31.000	7.855	19.333	437	7.116	363	12.516	8.655	38.965	25,7
<b>TOTAL</b>	<b>531.000</b>	<b>56.052</b>	<b>162.827</b>	<b>3.312</b>	<b>411.221</b>	<b>2.060</b>	<b>113.826</b>	<b>61.424</b>	<b>687.874</b>	<b>29,5</b>

(1) municípios da área de atuação da SUDENE

No âmbito do FNO no exercício de 2007, R\$ 207.083 mil foram aplicados em mesorregiões apoiadas pelo Ministério da Integração Nacional. A programação financeira do FNO para o Exercício 2007 previa a aplicação de R\$ 122 milhões, sendo R\$ 60 milhões na mesorregião do Bico do Papagaio, R\$ 42 milhões na mesorregião do Vale do Rio Acre e R\$ 20 milhões na mesorregião do Alto Solimões. A programação financeira do FNO 2007 não previu aplicações para a mesorregião da Chapada das Mangabeiras (municípios localizados no Tocantins).

As aplicações nas mesorregiões do Bico do Papagaio (R\$ 148.856 mil) e do Vale do Rio Acre (R\$ 51.221 mil) superaram as estimativas de aplicações em 148,1% e em 21,9% respectivamente. Entretanto, na mesorregião do Alto Solimões, compreendida por 9 municípios, apenas, um município (Benjamin Constant) registrou contratações de R\$ 320 mil, ficando a previsão de aplicação 98,4% abaixo do estimado.

Apesar da meta global de contratações nas mesorregiões terem sido atingida no ano de 2007, os financiamentos com recursos do FNO foram concentrados na mesorregião do Bico do Papagaio, que recebeu 71,8% dos recursos destinados às mesorregiões apoiadas pelo Ministério da Integração Nacional na Região Norte.

### FNO - Aplicações por Unidade da Federação em 2007 – Mesorregiões

UF	Mesorregiões	Total de Municípios	Municípios Assistidos	Setores				Total	
				Rural		Não-Rural		Qtde	R\$ Mil
				Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil		
AC	Vale do Rio Acre	11	11	623	25.155	39	24.281	662	49.436
<b>AC Total</b>		<b>22</b>	<b>18</b>	<b>1.075</b>	<b>33.564</b>	<b>105</b>	<b>39.172</b>	<b>1.180</b>	<b>72.737</b>
AM	Alto Solimões	9	1	1	320	0	0	1	320
	Vale do Rio Acre	2	1	370	1.619	2	166	372	1.785
<b>AM Total</b>		<b>62</b>	<b>41</b>	<b>5.408</b>	<b>42.945</b>	<b>76</b>	<b>183.253</b>	<b>5.484</b>	<b>226.199</b>
PA	Bico do Papagaio	25	25	2.227	79.277	10	37.263	2.237	116.540
<b>PA Total</b>		<b>143</b>	<b>132</b>	<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>22.396</b>	<b>412.258</b>
TO	Bico do Papagaio	25	20	739	15.425	3	16.891	742	32.316
	Mangabeiras	8	8	816	6.686	0	0	816	6.686
<b>TO Total</b>		<b>139</b>	<b>128</b>	<b>6.554</b>	<b>215.092</b>	<b>76</b>	<b>42.456</b>	<b>6.630</b>	<b>257.546</b>
<b>Total</b>	Alto Solimões	9	1	1	320	0	0	1	320
	Bico do Papagaio	50	45	2.966	94.702	13	54.154	2.979	148.856
	Mangabeiras	8	8	816	6.686	0	0	816	6.686
	Vale do Rio Acre	13	12	993	26.774	41	24.447	1.034	51.221
<b>FNO Total</b>		<b>80</b>	<b>66</b>	<b>4.776</b>	<b>128.482</b>	<b>54</b>	<b>78.601</b>	<b>4.830</b>	<b>207.083</b>
<b>Total</b>		<b>449</b>	<b>392</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

## FNO - Contratações nos Municípios Integrantes da Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira (Lei 6.634, de 1979, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26.08.1980), que abrange 11 Estados e 588 municípios.

Na área de atuação do FNO, existem 98 municípios que integram a região da Faixa de Fronteira. Destes, 78 municípios foram atendidos com recursos do FNO no ano de 2007. Previa-se, na programação financeira do FNO para 2007, a aplicação de R\$ 20 milhões nesta região. Esta previsão inicial foi superada em mais de 8 vezes, tendo as aplicações atingido o total de R\$ 188.282 mil na região da Faixa de Fronteira, sendo 51,0% dos recursos destinado ao setor rural. Cerca de 38,6% dos recursos destinados estão aplicados no Estado do Acre, que tem todos os seus 22 municípios englobados por esta área de planejamento.

### Aplicações por Unidade da Federação em 2007 – Faixa de Fronteira

UF	Total de Municípios	Municípios Assistidos	Setores				Total	
			Rural		Não-Rural		Qtde	R\$ Mil
			Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil		
AC	22	18	1.075	33.564	105	39.172	1.180	72.736
%	22,4	24,3	17,0	35,0	53,8	42,5	18,1	38,6
<b>AC Total</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>1.075</b>	<b>33.564</b>	<b>105</b>	<b>39.172</b>	<b>1.180</b>	<b>72.736</b>
AM	21	9	1.207	5.588	3	216	1.210	5.804
%	21,4	12,2	19,0	5,8	1,5	0,2	18,5	3,1
<b>AM Total</b>	<b>62</b>	<b>41</b>	<b>5.408</b>	<b>42.945</b>	<b>76</b>	<b>183.253</b>	<b>5.484</b>	<b>226.198</b>
AP	8	4	78	780	0	0	78	780
%	8,2	5,4	1,2	0,8	0,0	0,0	1,2	0,4
<b>AP Total</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>152</b>	<b>2.506</b>	<b>11</b>	<b>2.263</b>	<b>163</b>	<b>4.769</b>
PA	5	4	650	5.906	2	532	652	6.438
%	5,1	5,4	10,3	6,2	1,0	0,6	10,0	3,4
<b>PA Total</b>	<b>143</b>	<b>132</b>	<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>22.396</b>	<b>412.258</b>
RO	27	26	797	33.275	64	50.578	861	83.853
%	27,6	35,1	12,6	34,7	32,8	54,8	13,2	44,5
<b>RO Total</b>	<b>52</b>	<b>49</b>	<b>1.489</b>	<b>53.770</b>	<b>101</b>	<b>64.001</b>	<b>1.590</b>	<b>117.771</b>
RR	15	13	2.531	16.914	21	1.757	2.552	18.671
%	15,3	17,6	39,9	17,6	10,8	1,9	39,1	9,9
<b>RR Total</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>2.531</b>	<b>16.914</b>	<b>21</b>	<b>1.757</b>	<b>2.552</b>	<b>18.671</b>
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>74</b>	<b>6.338</b>	<b>96.027</b>	<b>195</b>	<b>92.255</b>	<b>6.533</b>	<b>188.282</b>
%	21,8	18,9	16,0	14,5	42,7	20,6	16,3	17,0
<b>FNO Total</b>	<b>449</b>	<b>392</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

A Mesorregião de Águas Emendadas, na área de atuação do FCO, é constituída por 76 municípios do Estado de Goiás. Em 2007 foram realizadas nesses municípios 10.887 operações de financiamento, no valor total de R\$ 189.065 mil, montante superior em 35,8% ao orçamento previsto na Programação do FCO para aplicação nessa Mesorregião (R\$ 139.269 mil).

### FCO - Contratações por Porte x Programas na Mesorregião de Águas Emendadas

Porte	R\$ mil							
	Empresarial		PRONAF		Rural		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Grande	5	26.724	-	-	22	11.359	27	38.084
Médio	31	6.357	-	-	256	33.384	287	39.741
Pequeno	202	15.596	680	9.820	291	17.487	1.173	42.904
Mini/Micro	192	8.587	8.830	47.155	378	12.594	9.400	68.336
	<b>430</b>	<b>57.264</b>	<b>9.510</b>	<b>56.976</b>	<b>947</b>	<b>74.825</b>	<b>10.887</b>	<b>189.065</b>

## **Contratações de acordo com a Tipologia definida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**

Os créditos concedidos com recursos do FNE no exercício de 2007, de conformidade com a tipologia definida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, foram distribuídos na forma do quadro a seguir:

### **FNE - Aplicações por Tipo de Município – Tipologia da PNDR**

<b>Tipologia</b>	<b>Quantidade de Operações</b>	<b>%</b>	<b>Valor Contratado R\$ mil</b>	<b>%</b>
Baixa Renda	123.856	33,3	750.393	17,7
Estagnados de Média Renda	115.494	31,1	1.337.240	31,4
Dinâmicos de Média e Baixa Renda	124.941	33,7	1.082.762	25,6
Alta Renda	7.025	1,9	1.076.106	25,3
<b>Total</b>	<b>371.316</b>	<b>100,0</b>	<b>4.246.501</b>	<b>100,0</b>

Sob o enfoque da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, do total de recursos aplicados pelo Fundo, 17,7% (R\$ 750.393 mil) destinaram-se a municípios classificados como de Baixa Renda-BR. Nos municípios classificados como Estagnados de Média Renda-EMR, foram contratados R\$ 1.337.240 mil (31,4%) e nos Dinâmicos de Média e Baixa Renda-DMR R\$ 1.082.762 mil (25,6%). Para os municípios considerados de Alta Renda-AR foram concedidos empréstimos no valor de R\$ 1.076.106 mil, ou 25,3% do total aplicado pelo Fundo.

A distribuição dos recursos do FNE segundo o critério da tipologia foi realizada de forma satisfatória, atendendo adequadamente à demanda apresentada pelos Municípios da região Nordeste.

Do total de recursos aplicados pelo FNO 11,0% (R\$ 122.584 mil) destinaram-se aos municípios classificados como de Baixa Renda; 41,3% (R\$ 458.159 mil) aos municípios definidos como Estagnados; 19,7% (R\$ 218.069 mil) foram canalizados para municípios considerados Dinâmicos e os restantes R\$ 311.139 mil (28,0%) foram alocados em projetos localizados em municípios de Alta Renda.

Os créditos concedidos com recursos do FNO no exercício 2007, de conformidade com a tipologia definida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, podem ser sintetizados, por Unidade da Federação, no quadro abaixo:

### **FNO - Aplicações por Tipo de Município – Tipologia da PNDR**

<b>Tipologia</b>	<b>Quantidade de Operações</b>	<b>%</b>	<b>Valor Contratado R\$ mil</b>	<b>%</b>
Alta Renda	2.162	5,3	311.139	28,0
Baixa Renda	11.110	27,8	122.584	10,9
Dinâmica	16.218	40,6	218.069	19,7
Estagnada	10.505	26,3	458.159	41,3
<b>Total</b>	<b>39.995</b>	<b>100,0</b>	<b>1.109.951</b>	<b>99,9</b>

Relativamente à quantidade de operações, verifica-se que 94,6% dos contratos beneficiaram os municípios de Baixa Renda, Estagnados de Média Renda e Dinâmicos de baixa e média rendas, sendo apenas 5,4% formalizados nos municípios de Alta Renda.

Na Região Norte, existem 25 municípios classificados como de Alta Renda (5,6% do total de municípios), dos quais 23 receberam os 28% dos recursos do FNO em apenas 5,4% do número de operações contratadas. Por outro lado, os municípios classificados como Baixa Renda totalizam 118 na Região Norte. Desse total, foram atendidos 98 municípios com os recursos do FNO em 2007. Esses municípios auferiram 11,0% das contratações e 27,8% do número de operações contratadas.

Observa-se que dos 57 municípios que, no ano de 2007, deixaram de ser atendidos, 55 se classificam como de baixa renda (20), dinâmicos de baixa renda e média renda (29) e estagnados de média renda (6). Dos municípios classificados como de alta renda, no total de 25, 2 deixaram de ser atendidos.

### **FCO - Contratações segundo a Tipologia dos Municípios**

Tipologia	R\$ mil									
	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	965	119.748	14.395	592.243	670	69.026	3.581	229.982	19.611	1.010.999
Dinâmica			5.256	97.116	1.415	71.998	10.166	167.034	16.837	336.148
Estagnada			14.251	267.765	3.264	207.065	5.650	151.863	23.165	626.693
Total	965	119.748	33.902	957.124	5.349	348.088	19.397	548.880	59.613	1.973.840

Os dados da coluna do DF referem-se exclusivamente às contratações realizadas no Distrito Federal. Os números das operações realizadas nos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE localizados no entorno do Distrito Federal estão incorporados na coluna do Estado de Goiás.

Em 2007, repetindo o desempenho de 2006, houve concentração de contratações nos municípios de alta renda, exceto no Mato Grosso do Sul onde 59,5% dos recursos aplicados no Estado beneficiaram municípios de economia estagnada.

Os municípios de alta renda absorveram 51,2% do total de recursos contratados na Região em 2007. Em 2006 os municípios classificados na tipologia de alta renda concentraram 48,7% do montante de financiamentos concedidos.

Comparando-se com as aplicações de 2006, os municípios de economias dinâmicas e estagnadas apresentaram incremento de 48,7% e 21,7%, respectivamente.

### **Saldo das Aplicações**

O saldo total das aplicações com recursos dos Fundos, em 31.12.2007, atingiu R\$ 33.100.348 mil, sendo R\$ 7.866.922 mil no FCO, R\$ 18.555.250 mil no FNE e R\$ 6.678.176 mil no FNO.

#### **Saldo das Aplicações em 31.12.2007**

Em R\$ mil			
FCO	FNE	FNO	TOTAL
7.866.922	18.555.250	6.678.176	33.100.348

## Distribuição Espacial dos Recursos – Municípios Assistidos

No exercício de 2007, os recursos do FNE atenderam a 1.957 municípios (Anexo nº 5), ou 98,4% dos 1.989 municípios que compõem a área de atuação do Fundo, o que representa um desempenho bastante satisfatório do BNB, no sentido de prestar assistência financeira com recursos do FNE a toda a sua área de abrangência.

Conforme detalhado no quadro a seguir, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, tiveram a totalidade dos seus municípios contemplados com recursos do FNE, no ano de 2007. Os trinta e dois municípios que deixaram de ser atendidos pelo FNE, localizam-se nos Estados de Alagoas (3), Bahia (8), Espírito Santo (1), Maranhão (1), Minas Gerais (10), Paraíba (3), Pernambuco (3) e Piauí (3):

A tabela abaixo apresenta as características da distribuição espacial dos recursos do FNO no ano de 2007. Os recursos aplicados em 2007, no montante de R\$ 1.109.951 mil, beneficiaram 392 municípios da área de atuação do Fundo, quantidade equivalente a 87,3% do total de municípios da região (449). Dessa forma, no exercício de 2007, 57 municípios não receberam nenhuma assistência financeira do FNO.

Dos municípios pertencentes aos Estados do Pará, de Rondônia e do Tocantins 92,3%, 94,2% e 92,1%, respectivamente, receberam recursos do FNO para o financiamento das atividades econômicas ali desenvolvidas. Nos Estados de Roraima e Acre, 86,7% e 81,8% dos municípios que integram aquelas Unidades da Federação, respectivamente, foram beneficiados com recursos do Fundo. No Estado do Amapá apenas 68,8% dos municípios ali localizados tiveram projetos financiados com recursos do FNO. Por fim, no Estado do Amazonas somente 66,1% dos municípios obtiveram recursos financeiros concedidos pelo Fundo para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

### **FNO - Número de Operações Contratadas em 2007 por Estado**

	<b>FNO (*)</b>	<b>AC</b>	<b>AM</b>	<b>AP</b>	<b>PA</b>	<b>RO</b>	<b>RR</b>	<b>TO</b>
Municípios	449	22	62	16	143	52	15	139
Municípios Assistidos	392	18	41	11	132	49	13	128
%	87,3	81,8	66,1	68,8	92,3	94,2	86,7	92,1
Nº de Operações	39.995	1.180	5.484	163	22.396	1.590	2.552	6.630
%	100,0	3,0	13,7	0,4	56,0	4,0	6,4	16,5
Total de Contratações	1.109.951	72.737	226.199	4.769	412.258	117.771	18.671	257.546
%	100,0	6,6	20,4	0,4	37,1	10,6	1,7	23,2

Dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 465 deles (99,8%) contaram em 2007 com financiamentos do FCO:

### **FCO - Distribuição dos Recursos – Municípios Assistidos**

Somente o município de Japorã, no Estado de Mato Grosso do Sul, deixou de contar com a contratação de operações de financiamento.

<b>UF</b>	<b>Municípios existentes</b>	<b>Municípios assistidos</b>	<b>Municípios não assistidos</b>
Distrito Federal	1	1	0
Goiás	246	246	0
Mato Grosso do Sul	78	77	1
Mato Grosso	141	141	0
<b>TOTAL</b>	<b>466</b>	<b>465</b>	<b>1</b>

## **RESULTADOS ALCANÇADOS – ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL**

Os estudos dos impactos econômicos e sociais decorrentes das aplicações dos recursos do FNE no exercício de 2007 foram conduzidos pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, do Banco do Nordeste do Brasil.

Os resultados apresentados no quadro abaixo foram obtidos da Matriz Econométrica Regional de Insumo-Produto, desenvolvida pelo ETENE:

### **Repercussões Macroeconômicas das Aplicações dos Recursos do FNE**

Variáveis	R\$ mil					
	Rural	Agro-industrial	Industrial/ Turismo	Comércio e Serviços	Infra-estrutura	Total
Valor Contratado	2.066.511	125.666	721.545	895.280	437.499	<b>4.246.501</b>
Acréscimo no Valor Bruto da Produção	1.951.868	113.436	651.216	1.815.901	884.179	<b>5.416.600</b>
Valor Agregado	1.397.897	71.317	409.422	1.112.189	535.186	<b>3.526.011</b>
Número de Empregos Gerados	393.121	4.051	24.283	57.164	27.015	<b>505.634</b>

As projeções revelam que os recursos do Fundo aplicados na região no exercício de 2007, deverão promover um incremento no Valor Bruto da Produção da região da ordem de R\$5.416.600 mil. O valor agregado bruto regional também deverá experimentar uma elevação de cerca de R\$ 3.526.011 mil.

No que se refere à geração de empregos, a expectativa é de que os recursos injetados na economia regional através do FNE, poderão proporcionar a geração de 505.634 empregos diretos e indiretos.

Os resultados projetados somente serão alcançados durante o período de maturação dos investimentos financiados e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região.

Em 2007 o Banco do Nordeste do Brasil concluiu a elaboração de metodologia denominada Matriz de Estrutura Lógica, para avaliar diversos programas operacionalizados pelo Fundo. A matriz desenvolvida apresenta o relacionamento entre os objetivos, os instrumentos de ação, a efetividade dos instrumentos e impactos e resultados, “permitindo a visualização de como os objetivos serão alcançados e verificados”.

O Banco do Nordeste utilizou a Matriz de Estrutura Lógica para avaliar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN).

A avaliação do FNE-AGRIN constou das seguintes etapas:

- I. análise de dados sobre o Programa;
- II. pesquisa de campo junto a uma amostra de agroindústrias financiadas pelo Programa;
- III. entrevistas com gerentes de negócios e técnicos de campo do Banco.

O estudo concluiu que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN) vem contribuindo o desenvolvimento da agroindústria na área de atuação do FNE, colaborando para:

- I. a ampliação da oferta de crédito na região;
  - a elevação do valor agregado na produção agrícola da região nordeste;
  - geração de emprego e da renda;
  - a modernização tecnológica dos empreendimentos agroindustriais;

- a viabilização de vários empreendimentos, fomentando a criação e a implementação de agroindústrias na região;
- a permanência e consolidação de empresas na região nordeste;
- a ampliação de diferentes agroindústrias.

O Banco do Nordeste realizou, também, uma avaliação de impactos do FNE no que se refere à geração de empregos, com a utilização de informações da Relação Anual de Informações – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e desempregados – GAGED, referente ao período de 2000 a 2005, trabalhando dois grupos: a) empresas financiadas pelo FNE no período de 2000 a 2005 e b) empresas não financiadas pelo Fundo no mesmo período.

O estudo realizado, relativamente à geração de emprego, concluiu que:

- o FNE contribuiu para a criação ou manutenção de aproximadamente 164.000 empregos diretos no Nordeste. Registra o BNB que considerável número de empregos não foi computado, uma vez que o setor rural, no qual se verifica a ocorrência de uma grande quantidade de empregos informais, absorveu 57,3% dos financiamentos com recursos do Fundo no período de 2000/2005;
- o índice acumulado de crescimento do estoque de emprego foi da ordem de 203,7%, no período de 2000/2005, para as empresas financiadas pelo FNE, enquanto que as empresas não financiadas tiveram um crescimento de 131,4%;
- na análise por atividade econômica, tendo como referência o índice acumulado do estoque de emprego, constatou-se, ainda, para todas as atividades, a superioridade dos índices das empresas financiadas pelo Fundo.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional, a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, em razão da sua responsabilidade institucional, pretende realizar, ao longo do exercício de 2008, reuniões e discussões aprofundadas com técnicos dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO), objetivando o incremento da aplicação de recursos dos fundos bem como a definição de indicadores e de mecanismos de obtenção e análise de dados e informações que possibilitem, de forma mais ágil, a avaliação dos benefícios socioeconômicos dos empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Para estimar os impactos econômicos e sociais decorrentes dos financiamentos concedidos com recursos do FNO, O Banco da Amazônia utilizou o software AMAZONSIS. Relativamente ao software AMAZONSIS, informou o Banco da Amazônia:

- O software AMAZONSIS foi desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE-USP), com a finalidade auxiliar as decisões vinculadas à alocação de recursos em prol do desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica. Utilizando os modelos de Insumo-Produto, o software é capaz de mensurar como os investimentos aplicados em um ou mais setores da economia regional afetam os 9 (nove) Estados que compõem a Amazônia Legal;
- A utilização de modelos de Insumo-Produto encontra grande respaldo como instrumento analítico para este tipo de finalidade, pois incorporam em sua estrutura e, nos resultados gerados, informações abrangentes sobre a dinâmica econômica de setores, Estados, regiões e países, dependendo do nível de desdobramento dos dados;
- O modelo de Insumo-Produto reúne, em formato tabular, os fluxos observados no sistema econômico, permitindo a análise do crescimento setorial, a estimação de multiplicadores econômicos, a identificação de atividades-chave e a avaliação dos impactos de investimentos sobre a produção, emprego e renda;

- A base de dados do AMAZONSIS abrange 90 setores econômicos, 141 produtos desagregados para cada um dos estados da Amazônia Legal. Com este nível de detalhamento é possível executar análises sobre os fluxos econômicos interestaduais e das relações entre a economia amazônica com o resto do Brasil, permitindo uma ampla compreensão dos impactos, da distribuição e apropriação dos benefícios gerados na economia de cada um dos Estados da Região;
- Embora a modelagem matemática envolvida nas análises de Insumo-Produto seja relativamente extensa e complexa, a interface amigável para a entrada de dados e a rápida exposição dos resultados permite ao usuário realizar diversas simulações. Isto confere ao AMAZONSIS o mérito de facilitar a compreensão das relações econômicas entre os Estados da Amazônia com o restante do País. É uma ferramenta de qualidade e grande importância que o Banco tem utilizado para estimar os impactos econômicos das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e de outras fontes de recursos na Região.

Os estudos realizados pelo Banco da Amazônia com utilização do software AMAZONSIS indicam que, após concluídas as etapas de realização e operacionalização dos investimentos financiados, os recursos do FNO, aplicados no exercício de 2007, poderão gerar os seguintes impactos:

- elevação do PIB em R\$ 2.372 milhões;
- elevação do Valor Bruto da Produção - VBP em R\$ 5.422 milhões;
- elevação da arrecadação de tributos em R\$ 617 milhões;
- elevação da massa salarial em R\$ 670 milhões;
- criação de 153.011 postos de trabalho, diretos e indiretos.

A avaliação realizada com a utilização do software AMAZONSIS acentua que uma grande parcela do efeito provocado pela aplicação dos recursos do FNO é dirigida para outras regiões do País, uma vez que o incentivo à produção regional afeta, indiretamente, a produção de outras regiões brasileiras. Estima-se que:

- 52,7% dos tributos a serem gerados serão arrecadados fora da Região Norte;
- relativamente ao PIB, 60,4% são consolidados na região Norte e 39,6% em outras regiões;
- 74,1% dos empregos e 63,2% do volume de salários sejam gerados dentro da Região Norte.

Conforme o relatório do Banco do Brasil, estima-se que, em decorrência dos financiamentos concedidos pelo FCO no exercício de 2007, houve a criação ou manutenção de 254.571 postos de trabalho, sendo 92.866 diretos e 161.705 indiretos.

Dos dados apresentados, destaca-se o setor rural responsável pela estimativa de geração de um total de 196.037 empregos (77,0% dos postos de trabalho estimados), sendo 68.370 diretos e 127.667 indiretos.

## FCO - Geração de Empregos Diretos em 2007

Programas	Quantidade				
	DF	GO	MS	MT	Total
<b>EMPRESARIAL</b>	<b>3.397</b>	<b>12.100</b>	<b>3.265</b>	<b>5.734</b>	<b>24.496</b>
Industrial	738	8.236	2.094	4.050	15.118
Infra-estrutura	1	-	2	-	3
Turismo	240	264	146	76	726
Comércio e Serviços	2.418	3.600	1.023	1.608	8.649
<b>RURAL</b>	<b>1.861</b>	<b>20.218</b>	<b>11.052</b>	<b>35.239</b>	<b>68.370</b>
Rural/Integração	1.354	12.717	5.021	8.142	27.234
PRONAF	115	4.283	864	4.183	9.445
PRONAF-Reforma Agrária	215	3.007	3.573	22.593	29.388
Pronatureza	177	211	1.594	321	2.303
<b>Total Geral</b>	<b>5.258</b>	<b>32.318</b>	<b>14.317</b>	<b>40.973</b>	<b>92.866</b>

Dentre os Estados do Centro-Oeste, a melhor capacidade de geração/manutenção dos empregos é de Mato Grosso com 116.806 postos de trabalho (diretos e indiretos), em face ao maior volume de financiamento ao amparo do PRONAF-Reforma Agrária no Estado. Este programa foi responsável pela estimativa de geração/manutenção de 67.824 empregos diretos e indiretos no estado (58,1%). Em seguida, tem-se o estado de Goiás com 86.509 postos de trabalho diretos e indiretos.

Considerando que o Estado de Goiás contratou no período R\$ 911.612 mil, com uma estimativa de geração de 86.509 empregos diretos e indiretos, temos o valor médio de R\$ 10,5 mil de financiamento por posto de trabalho. No Estado do Mato Grosso o financiamento médio para se gerar um emprego foi de R\$ 4,7 mil, enquanto no Estado de Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal a relação financiamento/emprego estimado foi, respectivamente, de R\$ 9,0 mil e de R\$ 13,1 mil.

Relacionando o valor financiado em cada programa em 2007 e o número previsto de empregos diretos, verifica-se que, no PRONAF-Reforma Agrária o valor médio do financiamento para se gerar um emprego foi de apenas R\$ 4,8 mil. Em contrapartida, no Programa de Infra-Estrutura o financiamento médio por emprego direto estimado foi de R\$ 78,0 mil.

O demonstrativo a seguir apresenta a relação entre o valor financiado e a estimativa de geração ou manutenção de empregos diretos na Região, por Unidade Federativa:

### FCO - Estimativa de Geração de Empregos Diretos na Região por Unidade Federativa

UF	(R\$ mil)		
	Valor Financiando (a)	Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)
DF	165.260	5.258	31,4
GO	911.612	32.318	28,2
MS	348.088	14.317	24,3
MT	548.880	40.973	13,4
<b>Total</b>	<b>1.973.840</b>	<b>92.866</b>	<b>21,3</b>

Posição em 31.12.2007

**RECOMENDAÇÕES EFETUADAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, AOS BANCOS ADMINISTRADORES APÓS ANÁLISE PELA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DOS FUNDOS EM 2007**

**Ao Banco do Nordeste, administrador do FNE:**

- a) manter e ampliar as ações que vem desenvolvendo no sentido de incrementar os empréstimos com recursos do FNE, tendo em vista o elevado volume de recursos disponíveis para novas aplicações no Balanço do Fundo de 31.12.2007 (R\$ 4.452.552 mil). Nesse sentido, deverá o BNB articular-se com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e com a SUDENE, com o objetivo de buscar alternativas para uma maior utilização dos recursos;
- b) intensificar sua atuação junto ao INCRA e ao MDA, objetivando o incremento dos financiamentos aos colonos/assentados da reforma agrária (Grupo A do PRONAF);
- c) desenvolver ações para se incrementar as operações com base nos Programas AQUIPESCA, da Agroindústria, da Indústria, PRODETEC e PROATUR, cujas aplicações se mostraram insatisfatórias;
- d) observar, o limite de 10,0% estabelecido pela legislação em vigor (art 4º, § 3º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pelo art. 9º, da Lei nº 10.177, de 12.01.2007) para as aplicações com os setores comercial e de serviços;
- e) desenvolver ações com o objetivo de incrementar os financiamentos nos Estados que vêm apresentando baixo volume de empréstimos;
- f) adotar medidas para se alcançar a destinação de 50% dos recursos do Fundo para o semi-árido nordestino, na forma estabelecida pela Constituição Federal;
- g) passar a fornecer, semestralmente, à Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, do Ministério da Integração Nacional, os dados e informações relacionadas com os empréstimos concedidos por outras instituições financeiras, com base nos recursos do Fundo, na forma prevista na Portaria nº 616, de 26.05.2003;
- h) aprimorar as previsões de desembolso/reembolso das operações contratadas, com vistas a aperfeiçoar as estimativas das disponibilidades de recursos para novos negócios;
- i) continuar adotando medidas voltadas para a regularização dos empréstimos em situação irregular, com o objetivo de reduzir o volume de operações com parcelas em atraso;
- j) continuar envidando esforços com o propósito de incluir na assistência do FNE a totalidade dos municípios de sua área de abrangência;
- k) inserir nos próximos relatórios informações (quantidade de contratos e valores financiados) sobre o atendimento de cada uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, apresentando comentários e considerações a respeito das prioridades que deixaram de receber assistência do FNE;
- l) estender, no ano de 2008, a avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNE aos demais programas operacionalizados pelo Fundo, a exemplo do procedimento adotado no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste - AGRIN.

### **Ao Banco da Amazônia, administrador do FNO:**

- a) desenvolver ações no sentido de incrementar os financiamentos com recursos do FNO, tendo em vista o elevado volume de recursos disponíveis para novas aplicações (R\$ 1.383.371 mil, em 31.12.2007). Nesse sentido, deverá o Banco da Amazônia articular-se com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, e com a SUDAM, com o objetivo de buscar alternativas para uma maior utilização dos recursos do Fundo;
- b) apresentar, nas propostas de programação para a aplicação dos recursos do FNO para os próximos exercícios, previsões relacionadas com as diversas possibilidades ingressos e saídas de recursos do Fundo. A programação relativa ao exercício de 2007 deixou de estimar despesas relacionadas com a remuneração das operações do PRONAF e com renegociações de crédito;
- c) adotar medidas e ações com a finalidade de detectar os eventuais problemas que vêm impedindo a realização de empréstimos nos montantes previstos e, bem assim, buscar soluções que possam viabilizar o atendimento das metas estabelecidas nas Programações anuais, sobretudo no atendimento aos empreendedores de menor porte ( agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas);
- d) desenvolver ações junto ao SEBRAE, com o objetivo de se incrementar os financiamentos com as micro e pequenas empresas, sabidamente grande absorvedoras de mão-de-obra;
- e) se inviável a utilização plena dos recursos e o atendimento de todos os municípios diretamente pelo Banco da Amazônia, repassar recursos do Fundo para aplicação por outras instituições financeiras, de forma a evitar a ociosidade dos recursos;
- f) desenvolver ações junto ao INCRA e ao MDA objetivando incrementar os financiamentos aos agricultores familiares do Grupo A – Reforma Agrária, com vistas ao atendimento do percentual de 10% estabelecido no art. 7º da Lei nº 9.126/95, com a redação dada pela Lei nº 10.186, de 12.02.2001;
- g) implementar, em articulação com a Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional, ações objetivando viabilizar a alocação de recursos do Fundo para o financiamento de projetos localizados na mesorregião do Alto Solimões;
- h) buscar solução para uma melhor distribuição de recursos entre os municípios e Estados que compõem a área de atuação do FNO, bem como entre os diversos setores beneficiários, com vistas a viabilizar o atendimento do objetivo maior do Fundo que é o desenvolvimento econômico e social da região e a redução das desigualdades inter e intra-regionais;
- i) adotar medidas com o objetivo de reduzir a inadimplência das operações realizadas ao amparo do PRONAF C e A/C, PROCERA, e, com os setores agroindustrial e o do turismo;
- j) desenvolver ações para regularizar as operações contratadas nos Estados do Amapá e de Roraima, tendo em conta os elevados índices de inadimplência que se verificam naquelas Unidades Federativas;
- k) inserir nos futuros relatórios informações sobre os financiamentos concedidos em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional indicando: quantidade de operações, valor dos financiamentos, estimativa de geração de empregos (diretos e indiretos) e outros impactos decorrentes das aplicações. **Ao**

## **Ao Banco do Brasil, administrador do FCO:**

- a) desenvolver ações efetivas para incrementar as aplicações com os empreendedores de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas);
- b) divulgar nos boletins de informações gerenciais informações detalhadas sobre os recursos e as contratações realizadas com os recursos repassados às instituições financeiras que firmaram convênios com Banco com objetivo de incrementar a concessão de empréstimos para os beneficiários de menor porte;
- c) levando em conta as potencialidades da Região, incrementar os financiamentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional e do Programa de Preservação da Natureza – PRONATUREZA;
- d) incrementar as operações no Distrito Federal, cujas aplicações vêm se situando abaixo do percentual aprovado pelo CONDEL/FCO;
- e) continuar desenvolvendo ações objetivando a extensão dos benefícios do FCO a todos os municípios da Região Centro-Oeste;
- f) implementar ações com o objetivo de evitar que o índice de inadimplência das operações realizadas apresente crescimento e de reduzir o índice de inadimplência nos municípios que venham mantendo percentuais superiores a média do Fundo, em especial no Distrito Federal e no Estado do Mato Grosso.
- g) divulgar nos boletins de informações gerenciais mensais dados relativos às demandas, indicando o estoque inicial, as demandas originadas e atendidas em cada mês, destacadas por mês de ingresso, e o saldo final;

## **FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO (FDA e FDNE) E INCENTIVOS FISCAIS**

No ano de 2007 verificou-se solução de continuidade nas atividades relativas à operação dos instrumentos da PNDR, especificamente aos incentivos fiscais de redução do imposto de renda e aos fundos de desenvolvimento regional, uma vez que estes instrumentos eram administrados pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e passaram a ser geridos pelas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, SUDAM e SUDENE, respectivamente.

As Agências ADA e ADENE foram extintas por ocasião das edições dos decretos de estrutura regimental das então criadas SUDAM e SUDENE, Decreto N° 6.198 e Decreto N° 6.199, ambos de 28 de agosto de 2007.

Estes decretos foram revogados pelo Decreto de N° 6.218 que aprovou nova estrutura regimental da SUDAM e pelo Decreto de N° 6.219 que aprovou nova estrutura regimental da SUDENE, ambos de 04 de outubro de 2007.

O Superintendente da SUDAM foi nomeado em 05 de novembro de 2007. Enquanto que o Superintendente da SUDENE foi nomeado em 30 de janeiro de 2008.

## **Os Fundos de Desenvolvimento Regional**

### **Liberações:**

O FDA liberou R\$ 142.635.390,45 em 2007, relativos a projetos aprovados e contratados em 2006. Estas foram as primeiras liberações da história do Fundo.

O FDNE não liberou recursos no ano de 2007.

### **Cartas-Consulta aprovadas em 2007:**

O FDA aprovou uma carta-consulta de indústria em Manaus-AM com valor de investimento total de R\$ 56.994.547,00 e participação do Fundo de R\$ 22.141.603,00; em 2007.

O FDNE aprovou um total de seis cartas-consulta, sendo uma pequena central hidroelétrica na Bahia, um hotel, uma indústria e duas geradoras de energia eólica no Ceará e uma carta-consulta de agricultura irrigada em Pernambuco. Ao todo, estas cartas representaram um valor de investimento total de R\$ 1.301.644.607,36 e participação do Fundo de R\$ 688.338.446,47; em 2007.

### **Projetos aprovados em 2007:**

O FDA não aprovou projeto em 2007.

O FDNE aprovou 1 projeto de indústria no valor de investimento total de R\$ 92.893.448,39 e participação do Fundo de R\$ 47.987.358,83 em 2007.

## **Os Incentivos Fiscais de Redução do Imposto de Renda**

Emissão de Laudos para Concessões de Incentivos de Redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica :

A ADA/SUDAM emitiu 93 (noventa e três) novos laudos constitutivos às empresas que se implantaram na Amazônia Legal, ampliaram sua capacidade instalada em mais de 50%, modernizaram ou diversificaram a sua produção em 2007. A distribuição por Unidades da Federação foi a seguinte:

O Estado do Amazonas com 60 (sessenta) concessões; o Pará com 13 (treze) concessões; Mato Grosso com 10 (dez) concessões; Acre com 3 (três) concessões; os Estados do Amapá, Roraima e Maranhão com 2 (duas) concessões, cada um e Tocantins com 1 (uma) concessão.

A ADENE/SUDENE concedeu 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) novos laudos constitutivos às empresas que se implantaram no Nordeste, ampliaram sua capacidade instalada em mais de 50%, modernizaram ou diversificaram a sua produção em 2007. A distribuição por Unidades da Federação foi a seguinte:

O Estado da Bahia com 132 (cento e trinta e duas) concessões; o Ceará com 107 (cento e sete) concessões; Pernambuco com 90 (noventa) concessões; Paraíba com 38 (trinta e oito) concessões; Rio Grande do Norte com 18 (dezoito) concessões; Sergipe com 17 (dezessete) concessões; Maranhão com 16 (dezesseis) concessões; Alagoas com 13 (treze) concessões; Espírito Santo com 11 (onze) concessões; Piauí com 9 (nove) e Minas Gerais com 8 (oito) concessões.

## 4. Gestão de Programas e Ações

### 4.1. Programas

#### 4.1.1. Programa 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

O programa foi estruturado para atender as competências constantes na estrutura regimental da Secretaria de Política de Desenvolvimento Regional, conforme MP nº. 1911, datada de 29.07.1999, Decreto nº. 5.847, datado de julho 2006. Tem como objetivo a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, Decreto nº. 6.047, 22.02.2007 dentre outras competências.

##### 4.1.1.1. Dados Gerais

**Tabela 2 – Dados gerais do Programa**

<b>Tipo de Programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b>Objetivo geral</b>	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.
<b>Gerente do programa</b>	Simplicio Mário de Oliveira
<b>Gerente executivo</b>	Henrique Villa da Costa Ferreira
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Não possui indicador
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Todas as instâncias de Governo

#### Força de trabalho

**Tabela 3 – Quantitativo de Pessoal da Unidade  
Posição Dezembro/2007**

<b>Situação de Vínculo</b>	<b>Quantidade de pessoas</b>
Quadro efetivo/MI	7
Cedido para o MI	12
Contrato Temporário	9
Cedido Militar para o MI	0
DAS sem vínculo efetivo	14
Terceirizado	14
Cedido do MI para outros órgãos	0
Estagiário	2
<b>Total</b>	<b>58</b>

No tocante aos servidores, não foi efetuada separação do financeiro neste documento.

A discriminação deste montante será apresentada no Relatório da SECRETARIA EXECUTIVA - SECEX.

Para o próximo exercício, está prevista a apresentação detalhada por unidade destes quantitativos financeiros.

#### **4.1.1.2. Principais Ações do Programa**

**Tabela 4 - Principais Ações do Programa 0757**

<b>04.121.0757.4534.0001</b>	Estudos para o Planejamento e Gestão de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
<b>04.121.0757.6421.0001</b>	Estruturação, Promoção e Coordenação da Rede de Desenvolvimento Regional de Ordenamento Territorial em cada Instância de Governo.
<b>04.121.0757.8349.0001</b>	Avaliação de Impactos das Políticas Públicas e dos Instrumentos de Desenvolvimento Regional
<b>04.126.0757.104M.0001</b>	Estruturação de Sistema de Informações para o Desenvolvimento Regional
<b>04.122.0757.2272.0001</b>	Gestão e Administração do Programa
<b>04.128.0757.4664.0001</b>	Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
<b>04.122.0757.OE41.0056</b>	Apoio às Políticas de Desenvolvimento da ADA/ADENE
<b>18.544.0757.8621.0001</b>	Estudos para Projetos de Obras de Infra-Estrutura Hídrica
<b>04.128.0757.4572.0001</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<b>04.544.0757.8785.0101</b>	Apoio e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

### 4.1.1.3. Gestão das Ações

#### 4.1.1.3.1. Ação OE41 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento da ADA/ADENE

##### 4.1.1.3.1.1. Dados gerais

**Tabela 5 – Dados gerais da OE41 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento da ADA/ADENE**

<b>Tipo</b>	Operações Especiais
<b>Finalidade</b>	Atender os custos referentes a recriação da ADA E ADENE.
<b>Descrição</b>	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	
<b>Unidades executoras</b>	ADA e ADENE
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	ADA e ADENE
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento/ Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/Adene
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento/ Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/Adene

**Nota:** Ação inserida na LOA 2007 por meio de crédito.

##### 4.1.1.3.1.2. Resultados

Não houve execução orçamentária e financeira devido a recriação da SUDAM e SUDENE por meio das leis Complementares 125 e 124 que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências.

A recriação das Superintendências por meio jurídico não foram acompanhadas das devidas nomeações dos cargos de direção, impedindo assim, a execução orçamentária e financeira.

**Tabela 6 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
10 projetos	10.000.000,00	0,00	0,00

**Tabela 7 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação**

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

**Nota:** Não houve registro nesta Secretaria quanto ao item acima.

#### 4.1.1.3.2. Ação 8349 – Avaliação de Impactos das Políticas Públicas e dos Instrumentos de Desenvolvimento

##### 4.1.1.3.2.1. Dados gerais

**Tabela 8 – Dados gerais da Ação 8349 – Avaliação de Impactos das Políticas Públicas e dos Instrumentos de Desenvolvimento**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Avaliar os impactos sócio-econômicos e ambientais, com o objetivo de prover as adequações das diretrizes e prioridades necessárias ao desenvolvimento das regiões.
<b>Descrição</b>	prover as adequações das diretrizes e prioridades necessárias ao desenvolvimento das regiões.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SECEX
<b>Unidades executoras</b>	53011
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional - DPR
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Henrique Villa da Costa Ferreira
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	Não se aplica

##### 4.1.1.3.2.2. Resultados

Os recursos foram repassados pela administração Direta/MI, ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, no âmbito do projeto de cooperação técnica - PCT/IICA/MI/SDR, em vigor, obtendo os seguintes resultados:

- I. Reuniões com os parceiros (BB S/A, BNB, BASA) para proposição das diretrizes e prioridades, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em articulação com os órgãos regionais de desenvolvimento e com a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste;
- II. Acompanhamento, supervisão e controle das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE, e FNO) e análise dos relatórios apresentados pelo Banco da Amazônia – BASA, sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com aplicação dos recursos do FNO;
- III. Acompanhamento, supervisão e de controle das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE, e FNO) e análise dos relatórios apresentados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Amazônia – BASA, sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com aplicação dos recursos do FNE.

**Tabela 9 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1 avaliação	118.834,00	2 avaliações realizadas	83,39%

#### 4.1.1.3.3. Ação 4664 - Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

##### 4.1.1.3.3.1. Dados gerais

**Tabela 10 – Dados gerais da Ação 4664 Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Capacitar recursos humanos para conduzir processos descentralizados e participativos de formulação, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial
<b>Descrição</b>	Realizar cursos de especialização e atualização, seminários, congressos, oficinas entre outros voltados para servidores públicos do executivo federal (administração direta e indireta), estadual e municipal, representantes de Fóruns e Agências de Desenvolvimento em todo o território brasileiro.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SECEX
<b>Unidades executoras</b>	53.011
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	SDR
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Henrique Villa da Costa Ferreira
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	

##### 4.1.1.3.1.2. Resultados

Os recursos foram repassados pela administração Direta/MI, ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, no âmbito do projeto de cooperação técnica - PCT/IICA/M I/SDR, em vigor. A execução da ação teve como base os instrumentos da PNDR, conforme Decreto nº 6.047 datado de 22.02.2007 que tem por objetivo a redução das desigualdades regionais e ativar as potencialidades de desenvolvimento das regiões obtendo os seguintes resultados:

- Realização do curso de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local – ILPES/CEPAL em Salvador-BA, com participação de 50 servidores federais, estaduais e de entidades da sociedade civil.
- Realização do evento de capacitação em Análise Regional com uso de Cartografia Temática e Philcarto, ministrado para 27 técnicos do M I, entidades vinculadas e outros parceiros.

**Tabela 11 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
200 pessoas capacitadas	500.000,00	185 pessoas capacitadas	100%

#### 4.1.1.3.4. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

##### 4.1.1.3.4.1. Dados gerais

**Tabela 12 – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Atender custos administrativos e de manutenção do programa.
<b>Descrição</b>	Custear os serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União, manutenção e conservação de imóveis próprios da união; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União, tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e passagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc... produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MI
<b>Unidades executoras</b>	MI
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	SDR/DGI/SECEX
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Henrique Villa da Costa Ferreira
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	-

##### 4.1.1.3.4.2. Resultados

As planilhas referentes às despesas administrativas – diárias e passagens exercício de 2007, constam no Relatório de Gestão, páginas 37 a 42, Anexo G.

**Tabela 13 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
NA	NA	NA	4.200.407,00

#### 4.1.1.3.5. Ação 104 M - Estruturação de Sistema de Informações para o Desenvolvimento Regional

##### 4.1.1.3.5.1. Dados gerais

**Tabela 14 – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Sistematizar e disponibilizar informações e conhecimentos para subsidiar a formulação e a implementação de políticas, planos e programas de desenvolvimento Regional.
<b>Descrição</b>	Concepção, desenvolvimento e implantação do sistema de informações georeferenciadas integradas, incorporando informações sócio-econômicas e ambientais em formato vetorial ou raster, bem como as informações sobre regionalização das principais ações de governo tornando-as acessíveis aos intervenientes da rede de acompanhamento, dando suporte as análise regionais pertinentes.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	-
<b>Unidades executoras</b>	SDR
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	SDR
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Henrique Villa da Costa Ferreira
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	SDR

##### 4.1.1.3.5.2. Resultados

- Realização de estudos e análises que ampliem a credibilidade da Tipologia Microrregional da PNDR, através de revisão metodológica e verificação da consistência atual e prospectiva de suas estatísticas de base;
- Realização da EXPOREGIÕES que aborda, por meio de cartogramas e análises sucintas, as grandes questões de que trata a PNDR, como, entre outros: o padrão de ocupação demográfica do país; as áreas com maior concentração de habitantes e renda; as áreas de maior e menor dinamismo econômico; os níveis de educação e do rendimento domiciliar; os programas já implantados; e as novas estratégias de desenvolvimento para a redução das desigualdades regionais. A EXPOREGIÕES mostra, nesse sentido, os instrumentos de articulação intra-governamental criados para assegurar a condução da PNDR como uma política de governo e uma política nacional – a exemplo da instituição da Câmara de Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – e o estabelecimento de canais de articulação em níveis macrorregionais e sub-regionais com os governos estaduais e locais. Essa exposição foi traduzida para o inglês e apresentada no *Open Days*, em Bruxelas (outubro de 2008), evento promovido pela União Européia que trata de política regional.

**Tabela 15 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
10%	75.450,00	10%	23,17%

4.1.1.3.6. Ação 6421 – Estruturação, Promoção e Coordenação da Rede de Desenvolvimento Regional de Políticas Públicas, Programas e Ações Relevantes para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial em cada Instância de Governo.

4.1.1.3.6.1. Dados gerais

**Tabela 16 – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Estruturar, promover e coordenar a rede de articulação entre instituições nas instâncias federal, estadual e municipal, instituições privadas e sociedade organizada, para promover a regionalização, bem como realizar o acompanhamento das ações do poder público como subsídio à elaboração e gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.
<b>Descrição</b>	Contatos institucionais por meio de visitas técnicas, sistematização de dados e definição de relatórios gerenciais, visando a elaboração, implementação e acompanhamento dos planos e programas relevantes para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SECEX/SDR
<b>Unidades executoras</b>	SDR/SECEX
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	SDR
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Henrique Villa da Costa Ferreira
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	SDR

4.1.1.3.1.2. Resultados

- Organização e sistematização dos dados e informações da Rede de Acompanhamento Regionalizado de Políticas Públicas;
- Organização e armazenamento da base de dados geográfica e alfanumérica em um único servidor de arquivos;
- Construção de metodologia a ser utilizada para a organização dos dados e informações disponíveis na base da CGIM;
- Migração progressiva da base de dados que se encontra atualmente difusa, para o servidor centralizado;
- Realização de estudo para apontar subsídios para promover a articulação de arranjos institucionais para o desenvolvimento regional a partir da análise e da comparação de iniciativas em curso (conceitos, metodologias, formatos e práticas) entre si e estas com um padrão referencial adotado a priori com base em pressupostos e princípios de planejamento territorial.

**Tabela 17 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Sistema mantido	232.469,00	100%	100%

#### 4.1.1.7.1. Ação 4534 – Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

##### 4.1.1.3.7.1. Dados gerais

**Tabela 18 – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Subsidiar os processos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, especialmente da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e Política Nacional de Ordenamento Territorial e dos Planos Regionais de Desenvolvimento.
<b>Descrição</b>	Realizar estudos e pesquisas de conjuntura e prospectiva, envolvendo áreas temáticas relacionadas à sócio- economia regional..
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SDR/SECEX
<b>Unidades executoras</b>	SDR
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	SDR/DGI/SECEX
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Henrique Villa da Costa Ferreira
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	SDR/DGI/SECEX

##### 4.1.1.3.1.2. Resultados

A Redução das desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil como descrito na Constituição Federal de 1988. Para alcançar a finalidade proposta na referida Constituição, a ação repassou recursos da administração Direta/MI, ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, no âmbito do projeto de cooperação técnica - PCT/IICA/MI/SDR, em vigor, obtendo os seguintes resultados:

Contribuiu com a divulgação da PNDR, por meio de publicações (nº. 4 do Boletim Regional ano 2, Cartilha da PNDR, Relatório de Avaliação de Redução do Imposto de Renda na Amazônia e no Nordeste – base exercício 2006, Acompanhamento Trimestral dos Fundos Constitucionais de Financiamento folder de divulgação da PNDR, ExpoRegiões, Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE, FCO) dentre outros e contratação de estudos (FNO, FNE, FCO) como:

- Estudo sobre a atuação do Ministério da Integração Nacional – MI, no sentido de promover articulação de políticas programas e ações de desenvolvimento regional, considerando múltiplas escalas territoriais, diferentes entes federados e sociedade, a partir de um referencial teórico-conceitual e da análise e comparação de casos atuais, conceitos, metodologias e práticas institucionais.

- Estudo e análise metodológicas que ampliem a consistência técnica e credibilidade da Tipologia Microrregional da PNDR, de maneira a facilitar sua legitimação atual e futura, e o uso pelos diversos atores e agentes envolvidos ou relacionados com a PNDR, incluindo recomendações relacionadas com aspectos técnicos e metodológicos.

- Estudos e implantação do projeto piloto em microfinanças na região norte (metodologia em bancos comunales, organização auto-sustentável – OSCIP, organização auto sustentável de microcrédito).

**Tabela 19 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
5 estudos	483.250,00	4 estudos	83,31%

#### 4.1.1.3.8. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

##### 4.1.1.3.8.1. Dados gerais

**Tabela 20 – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços à sociedade e de crescimento profissional
<b>Descrição</b>	Realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores (aperfeiçoamento, aquisição de novos conhecimentos, atualização das novas tecnologias por meio de cursos, seminários, workshops, oficinas, congressos dentre outros eventos voltados para os servidores.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SECEX
<b>Unidades executoras</b>	53101
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação Geral de Recursos Humanos
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Maria Maciler Moreira
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	Maria Maciler Moreira

##### 4.1.1.3.8.2. Resultados

Atualmente a capacitação tem se tornado um instrumento vital para o sucesso de uma organização, já que é por seu intermédio que se torna possível o desenvolvimento e fortalecimento de competências que contribuem para o alcance de metas e estratégias específicas. Considerando esse fato, o Ministério da Integração Nacional – MI, como Órgão integrante da Administração Pública Federal e em respeito aos princípios que a regem, dentre os quais os Princípios da Economicidade e da Eficiência, tem procurado gerir de maneira proba os recursos públicos destinados aos programas de capacitação de seus servidores.

Com base nisso, foi elaborado e executado o Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos – PCDRH 2006/2007, idealizado para abranger os exercícios de 2006 e 2007. Esse prevê necessidades institucionais de capacitação divididas em duas grandes áreas, quais sejam: Finalística-Setorial (abrange as necessidades de formação e qualificação técnica, fornecendo ao servidor conhecimentos e propiciando o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis ao adequado desempenho das tarefas típicas de sua área de atuação); e Instrumental (busca proporcionar ao servidor aperfeiçoamento no uso de ferramentas tecnológicas e conhecimentos básicos ou complementares aos finalísticos, sendo conhecimentos que, em geral, permeiam toda a organização e dão suporte à execução das funções técnicas).

Cumprido ressaltar que embora o PCDRH oriente quanto aos programas a serem realizados, o desempenho das competências mencionadas é ajustado conforme as necessidades surgidas durante o período, além de relacionar-se às metas e ações formuladas pelo setor no início de cada exercício, sempre a fim de atender tanto às demandas institucionais, quanto ao contínuo desenvolvimento profissional dos servidores.

Tendo em vista os supracitados princípios, a Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH, por meio da Divisão de Treinamento, Aperfeiçoamento e Capacitação-DTAC, buscou compatibilizar, com eficácia, a aplicabilidade dos recursos disponíveis com as reais necessidades e demandas do Órgão. Para isso, além de atender às demandas de capacitação surgidas nas várias unidades do MI, empregou com prioridade, ao longo do exercício de 2007, parte do orçamento disponível em cursos estratégicos referentes a algumas áreas finalísticas (por meio do curso de

ambientação voltado aos novos servidores) e, em cursos on-line (com a finalidade de prover às carências de conhecimentos básicos ou complementares da área instrumental).

As ações de capacitação visam não somente suprir eventuais necessidades de aquisição de competências de servidores que já exercem suas funções em determinado cargo, como também propiciar que servidores recém incorporados ao quadro de trabalho possam familiarizar-se com suas funções e local de trabalho, facilitando a ocorrência de desempenho competente. Por essa razão, a DTAC promoveu, por meio de contratação da Fundação Getúlio Vargas – FGV, o “Curso de Extensão em Administração Pública”. O evento foi dividido em quatro módulos acerca de assuntos relevantes para o exercício das atribuições funcionais dos participantes, quais sejam: apresentação do MI; Administração Pública; Orçamento; e Convênios.

Outra análise importante no planejamento de ações de capacitação, refere-se ao formato dos eventos a serem oferecidos. Atualmente, tem ganhado bastante relevância a modalidade de capacitação realizada à distância, por meio de recursos tecnológicos tais como a internet. Essa modalidade de capacitação mostra-se bastante promissora por permitir maior democratização no acesso à informação, além de propiciar um elevado grau de flexibilidade, já que cada participante tem oportunidade de acompanhar os eventos respeitando seu ritmo próprio de aprendizagem, o que pode aumentar a probabilidade de aprendizagem significativa que possa ser efetivamente aplicada em seu trabalho. Assim, a DTAC investiu parte de seus recursos na contratação de uma plataforma virtual que contivesse cursos on-line referentes a diversos conteúdos voltados à área de conhecimento Instrumental. Trata-se de conhecimentos que servem de meio para a execução de atividades finalísticas sendo, portanto, essenciais ao desempenho competente. A contratação da plataforma virtual permitiu a capacitação de um número elevado de servidores, otimizando a utilização dos recursos financeiros.

Como resultado desses eventos, no exercício de 2007, ocorreram 259 participações em cursos de capacitação, sendo que 145 servidores (dentre efetivos e ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS) foram efetivamente capacitados, o que corresponde a 29,74% do total de servidores existentes no órgão até dezembro do mesmo ano. Ocorreram 40 eventos de capacitação, sendo 13 concentrados na área de conhecimento Instrumental e 27 na área de conhecimento finalístico - Setorial. Na realização dos eventos de capacitação, foi utilizado um percentual equivalente a 93,5% do orçamento disponível.

No entanto, insta esclarecer que os recursos disponibilizados para o programa de capacitação do MI não foram suficientes para prover todas as metas e objetivos programados para a implementação do PCDRH durante o exercício de 2007. Assim, foram buscadas alternativas que ampliassem as possibilidades de capacitação, sem implicar em ônus para o Órgão. A maneira idealizada para alcançar tal objetivo foi a de realizar a divulgação interna dos cursos on-line gratuitos oferecidos por instituições de qualidade reconhecida, tais como: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Universidade Corporativa do Banco do Brasil, Instituto Legislativo Brasileiro – ILB e Interlegis. Essa divulgação buscou atingir não apenas os servidores efetivos, mas também os demais colaboradores do MI, o que permitiu uma maior democratização das iniciativas de capacitação implementadas por esta Pasta.

Apesar da constante busca por alternativas que viabilisem a eficiência nos gastos com capacitação (inclusive por meio da busca de eventos que não acarretem ônus para a Administração), há uma elevada necessidade de capacitação por meio de cursos estratégicos, ligados às áreas finalísticas por se tratarem de matérias de extrema relevância para o desenvolvimento profissional dos servidores, que afetam o desempenho e impactam diretamente a produtividade e efetividade das ações realizadas pelo MI em suas várias frentes de intervenção. Em contrapartida, esses eventos de capacitação demandam recursos significativos, o que, em muitas ocasiões, determina a inviabilidade de sua realização, devido à reduzida disponibilidade orçamentária.

Assim, considera-se que os investimentos com capacitação durante o exercício de 2007 foram adequadamente empregados buscando suprir as necessidades do Órgão, priorizando-se alternativas que pudessem otimizar os gastos para obtenção da maior eficiência possível. A Tabela 17, apresenta de modo sucinto, a relação entre metas estabelecidas e resultados obtidos.

**Tabela 21 – Metas e resultados da Ação exercício**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
690 servidores capacitados	220.000,00	259 pessoas capacitadas	211.170,00

#### 4.1.1.3.9. Ação 8621 – Estudos para Projetos de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Nacional

##### 4.1.1.3.9.1. Dados gerais

**Tabela 22 – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Ação Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Realizar estudos que subsidiarão a elaboração de projetos de infra-estrutura hídrica para o abastecimento de água para consumo humano, uso agrícola, bem como os de drenagem.
<b>Descrição</b>	Elaboração de Estudos de Reconhecimento, técnico-econômicos, estudos de pré-viabilidade, estudos de viabilidade e estudos ambientais (EIA's) para a elaboração de projetos de obras hídricas de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional de acordo com a portaria nº 70 de 03/02/2004.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola
<b>Unidades executoras</b>	
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ramon Flávio Gomes Rodrigues
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	

##### 4.1.1.3.9.2. Resultados

Foram empenhados os recursos na ordem de R\$ 4.881.334,00 que ficaram inscritos em Restos a Pagar, correspondendo a 94,21% de execução orçamentária.

Os Projetos que foram empenhados são:

- Plano Diretor de Drenagem Urbana e Projeto Piloto de Intervenção Prioritária para os Municípios de Ananindeua e Santarém - Pará  
R\$ 990.667,00 (novecentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e sete reais).
- Estudo do Eixo de Integração de Ibiapaba - Ceará.  
R\$ 2.325.000,00 (dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil reais).
- Plano Diretor de Drenagem Urbana e Projeto Básico das medidas Estruturais para o Município de Parintins - Amazonas  
R\$ 990.667,00 (novecentos e noventa mil, seiscentos e sessenta e sete reais).
- Elaboração de Estudos de Macrodrenagem no Município do Amapá.  
R\$ 495.333,50 (quatrocentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).
- Elaboração do Plano Diretor Urbano (PDDU) e do Projeto de Intervenção Prioritária nos Municípios de Balsas e Porto Franco.  
R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais)

**Tabela 23 – Metas e resultados da Ação exercício**

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
25	5.181.334,00	0	4.881.334,00

#### 4.1.1.3.10. Ação 8785 – Gestão e coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

##### 4.1.1.3.10.1. Dados gerais

**Tabela 24 – Dados gerais da ação**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Atender custos administrativos e de manutenção do programa
<b>Descrição</b>	Custear os serviços administrativos, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e passagens e locomoção(aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins) e demais atividades necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SIH
<b>Unidades executoras</b>	
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	Ramon Flávio Gomes Rodrigues
<b>Responsável pela execução da ação do nível local (quando for o caso)</b>	

##### 4.1.1.3.10.2. Resultados

A ação é executada pela Secretaria de Recursos Hídricos – SIH.

**Tabela 25 – Metas e resultados da Ação exercício**

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
NA	NA	NA	319.962,00

## **5. Desempenho Operacional**

O Programa não tem indicadores.

6. **Previdência Complementar Patrocinada**

Não se Aplica.

7. **Instituições beneficiadas por renúncia fiscal**

A Secretaria não firmou nenhuma operação no exercício de 2007.

## 8. **Operações de Fundos ( conforme Item 7 do Anexo II DN-TCU 85-2007)**

Os fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO) constituem unidades jurisdicionadas próprias, devendo apresentar prestações de contas separadamente da tomada de contas da SDR.

Da mesma forma a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) constituem unidades jurisdicionadas próprias, agregando, respectivamente, as contas do FDA e do FDNE.

9. **Conteúdos específicos por UJ ou grupo de Unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica.

**Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Esta Secretaria não tem nenhum processo referente ao item acima.

**Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades  
(conforme item 13  
do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

(Colar documento do Notebook da Dr<sup>a</sup> Tânia)

**Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)**

**Tabela 26 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura**

2005	2006	2007

**Tabela 27 – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura**

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
<b>Totais</b>			

**Tabela 28 – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados**

2005	2006	2007

**Tabela 29 – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007**

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
<b>Totais</b>			

**Nota:** O Ministério da Integração Nacional – MI, não se utiliza de cartões corporativos.

## **Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

### **1. Tribunal de Contas da União – TCU**

#### **A) Acórdãos n.ºs 1.711/2005 e 2.132/2007:**

- Item 9.1 do Acórdão 1.711: determinar ao Ministério da Integração Nacional que estabeleça normas voltadas para a uniformização dos procedimentos de análise e concessão dos laudos constitutivos, no âmbito das agências de desenvolvimento regionais, nos termos do art. 1º, § 8º, da Medida Provisória nº 2.199-14/2001;
- Item 1 do Acórdão 2.132: reiterar determinação ao Ministério da Integração Nacional, constante do item 9.1 do Acórdão - TCU- n.º 1711/2005, concedendo 90 dias para a edição de normas voltadas à uniformização de procedimentos na análise e concessão dos l constitutivos, nos termos do art. 1º, §8º, da MP n.º 2.199-14/2001.

#### **Providências Adotadas e Resultados Obtidos:**

Após diversas reuniões entre os técnicos desta Secretaria, das extintas ADA e ADENE, foram elaborados os seguintes instrumentos com vistas à uniformização dos procedimentos constante da determinação:

- Resolução nº 26-A, de 22 dezembro de 2006, da extinta ADENE;
- Portaria nº 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007, do Ministério da Integração Nacional.

#### **B) Síntese do Relatório e Dos Pareceres das Contas do Governo da República, Exercício 2004, Em Sua Conclusão, Inciso VII – Página 23:**

VII – ao Ministério da Integração Nacional que adote, no prazo de cento e vinte dias, providências para instituir sistema de avaliação de impactos das políticas incentivos fiscais de isenção e redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica nas áreas das extintas Sudene e Sudam e mantenha o Tribunal informado das medidas implementadas.

#### **Providências Adotadas e Resultados Obtidos:**

- Ofício nº 422/2005/SE-MI, de 23 de junho de 2005 – encaminha Nota Técnica nº 02/GFI/DFD/SDR/MI, de 16 de junho de 2005, relativa às ações de acompanhamento da Secretária de Desenvolvimento Regional, através do Departamento dos Fundos de Desenvolvimento Regional;
- Ofício nº 738/2005/SE-MI, de 10 de novembro de 2005 – Encaminha modelo de Avaliação dos Instrumentos de Incentivos Fiscais;
- Ofício nº 193/2007/SE/MI, de 16 de março de 2007 - Informa que o Sistema de Avaliação já se encontra implantado, com a pesquisa das empresas já concluído;

- Ofício nº 39 DFD/SDR/MI, de 06 de julho de 2007 – Encaminha versão preliminar do Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais, referentes ao exercício de 2007;
- Ofício nº 77 SDR/MI, de 24 de agosto de 2007, encaminha a versão definitiva do Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais.

### **C) Acórdão nº 415/2007–TCU-Plenário:**

A Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) encaminhou o Ofício nº 53/SDR/MI, de 21.05.2007 à Secretaria Federal de Controle Interno (Itens 9 e 10 do Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 85, de 19.09.2007), informando as providências adotadas pelos Bancos operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento para atendimento das determinações do TCU.

Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento foram orientados no sentido de informar nas prestações de contas do exercício de 2007 as providências adotadas para cumprimento das recomendações dos Órgãos de Controle Interno e das determinações do TCU.

## **2 Sistema de Controle Interno**

Esta Secretaria não tem nenhuma recomendação e/ou determinação pendente, referente ao exercício de 2007.

**Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)**

**Tabela 30**

<b>Tipo</b>	<b>Código SIAF/SIASG</b>	<b>Identificação do termo Inicial ou Aditivos</b>	<b>Objeto da Avença</b>	<b>Data da publicação no D.O.U.</b>	<b>Valor total pactuado</b>	<b>Valor total recebido/ transferido no exercício</b>	<b>Contra-partida</b>	<b>Beneficiário (Razão Social e CNPJ)</b>	<b>Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicâncias, TCE S/N?)</b>

**Nota:** Esta Secretaria não firmou nenhum convênio e/ou termos de parceira no exercício de 2007.

**Tabela 31 - Restos a pagar inscritos no exercício de 2007, referentes ao exercício de 2006**

<b>Órgão da UG Executora</b>	<b>Instituição</b>	<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Inscrição de Restos a Pagar</b>	<b>RP Cancelados</b>	<b>Restos a Pagar Pagos</b>	<b>Restos a Pagar a Pagar</b>
53202	SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	04121075745340001	15.485,00	0,00	0,00	15.485,00
53205	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	04121075745340001	100.307,87	-100.307,87	0,00	0,00
		041260757104M0001	12.143,00	-3.043,00	9.100,00	0,00
			<b>127.935,87</b>	<b>-103.350,87</b>	<b>9.100,00</b>	<b>15.485,00</b>

**Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Tabela 32

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC – Quantidade</b>
<b>Admissão</b>		
<b>Desligamento</b>		
<b>Aposentadoria</b>		
<b>Pensão</b>		

**Nota:** Não foi possível fazer os desmembramentos por Unidade. As informações referentes a este item constam no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva-SECEX. Para o próximo exercício, está prevista a apresentação detalhada por unidade destes quantitativos financeiros.

## Anexo G – Documentação: Tabela de passagens e diárias da SDR

Tabela 34

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL									
Classificação	Nº PCD	TIPO	NOME	ÓRGÃO	IDA	VOLTA	TRECHO	SOLICITANTE	Prestação de Contas
FS	012	P/D	MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES	SDR	11/01/07	15/01/07	BSB/NAT/FOR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	024	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	17/01/07	20/01/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	064	P/D	PEDRO EDNARDO SARAIVA SERPA	SDR	28/01/07	02/02/07	BSB/BEL/ATM/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	066	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	24/01/07	04/02/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	069	P/D	MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES	SDR	05/02/07	07/02/07	BSB/AJU/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>073</b>	<b>P/D</b>	<b>JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO</b>	<b>SDR</b>	<b>04/02/07</b>	<b>10/02/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
FS	090	P	MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES	SDR	14/02/07	21/02/07	BSB/FOR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	156	P/D	MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES	SDR	23/02/07	24/02/07	BSB/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	<b>199</b>	<b>P</b>	<b>MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES</b>	<b>SDR</b>	<b>01/03/07</b>	<b>05/03/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
<b>FS</b>	<b>274</b>	<b>P/D</b>	<b>MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES</b>	<b>SDR</b>	<b>15/03/07</b>	<b>17/03/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
FS	304	P	MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES	SDR	14/03/07	19/03/07	BSB/FOR/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>310</b>	<b>P/D</b>	<b>JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA</b>	<b>SDR</b>	<b>22/03/07</b>	<b>24/03/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	<b>312</b>	<b>P/D</b>	<b>GERSON BENEVUTO BEZERRA DO NASCIMENTO</b>	<b>SDR</b>	<b>22/03/07</b>	<b>24/03/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	318	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	26/03/07	04/04/07	BSB/FOR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	386	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	15/04/07	21/04/07	FOR/CWB/XAP/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	471	P/D	SUZANA DIAS RABELO DE OLIVEIRA	SDR	25/04/07	28/04/07	BSB/XAP/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	474	P/D	MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES	SDR	19/04/07	21/04/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	519	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	08/05/07	13/05/07	BSB/CGB/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	535	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	06/05/07	11/05/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	538	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	06/05/07	11/05/07	BSB/BEL/MCP/BEL/STM/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	539	P/D	MARIA JOSÉ MONTEIRO	SDR	06/05/07	09/05/07	BSB/RBR/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	544	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	14/05/07	19/05/07	FOR/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	563	P	MAURICIO TEIXEIRA RODRIGUES	SDR	13/05/07	13/05/07	BSB/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	564	P	RAUL VASCONCELOS RODRIGUES	SDR	13/05/07	13/05/07	BSB/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	565	P	PEDRO VASCONCELOS RODRIGUES	SDR	13/05/07	13/05/07	BSB/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	566	P	CELIANE VASCONCELOS RODRIGUES	SDR	13/05/07	13/05/07	BSB/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	634	P/D	PAULO PITANGA DO AMPARO	SDR	29/05/07	02/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	635	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	27/05/07	02/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	636	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	27/05/07	30/05/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	638	P/D	TEREZA CRISTINA SEPULVEDA ALCANTARA	SDR	27/05/07	02/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM

FS	642	P/D	KATIA MARCIA YAJIMA HABARA	SDR	27/05/07	02/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	643	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	27/05/07	02/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	681	P/D	DIVINO DA COSTA VAZ	SDR	30/05/07	02/06/07	BSB/MAO/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>687</b>	<b>P/D</b>	<b>CARLOS HENRIQUE ROSA</b>	<b>SDR</b>	<b>30/05/07</b>	<b>02/06/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	694	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	03/06/07	05/06/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	703	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	03/06/07	06/06/07	FOR/MAO/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	740	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO DUARTE DE ANDRADE	SDR	12/06/07	16/06/07	BSB/POA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	769	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	14/06/07	19/06/07	BSB/PNZ/REC/BSB	CRIS	SIM
FS	788	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	13/06/07	23/06/07	BSB/AUX/PMW/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	814	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	20/06/07	23/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	830	P/D	SUZANA DIAS RABELO DE OLIVEIRA	SDR	28/06/07	30/06/07	BSB/POA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	844	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	25/06/07	02/07/07	FOR/BEL/MAO/TBT/MAO/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	852	P/D	TANIA BACELAR DE ARAUJO	SDR	21/06/07	23/06/07	REC/BEL/REC	CRISTIANE	SIM
FS	885	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	28/06/07	07/07/07	BSB/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	887	P/D	SUZANA DIAS RABELO DE OLIVEIRA	SDR	08/07/07	14/07/07	BSB/NAT/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>888</b>	<b>P/D</b>	<b>SAMUEL MENEZES DE CASTRO</b>	<b>SDR</b>	<b>08/07/07</b>	<b>14/07/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	889	P/D	JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO	SDR	01/07/07	07/07/07	BSB/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	904	P/D	TEREZA CRISTINA SEPULVEDA ALCANTARA	SDR	15/07/07	21/07/07	BSB/STM/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	907-1P	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	15/07/07	21/07/07	BSB/STM/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	913	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	09/07/07	20/07/07	FOR/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	924	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	12/07/07	20/07/07	BSB/STM/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1004	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	29/07/07	01/08/07	BSB/BHZ/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1021	P/D	DIVINO DA COSTA VAZ	SDR	02/08/07	04/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1032	P/D	PAULO PITANGA DO AMPARO	SDR	05/08/07	11/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1035	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	05/08/07	11/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>1036</b>	<b>P/D</b>	<b>JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO</b>	<b>SDR</b>	<b>05/08/07</b>	<b>11/08/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
FS	1037	P/D	TEREZA CRISTINA SEPULVEDA ALCANTARA	SDR	05/08/07	11/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>1040</b>	<b>P/D</b>	<b>MARIA JOSÉ MONTEIRO</b>	<b>SDR</b>	<b>05/08/07</b>	<b>11/08/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
FS	1047	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	08/07/07	11/08/07	BSB/MCZ/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>1049</b>	<b>P/D</b>	<b>UBAJARA BEROCAN LEITE</b>	<b>SDR</b>	<b>05/08/07</b>	<b>08/08/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
FS	1054	P/D	KATIA MARCIA YAJIMA HABARA	SDR	05/08/07	11/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1095	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	12/08/07	14/08/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1111	P/D	RICARDO DIAS RAMAGEM	SDR	12/08/07	01/09/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1112	P/D	SAMUEL MENEZES DE CASTRO	SDR	12/08/07	01/09/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1115	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	12/08/07	18/08/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1122	P/D	MARCO CESAR ARAUJO PEREIRA	SDR	19/08/07	25/08/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1134	P/D	DIVINO DA COSTA VAZ	SDR	12/08/07	15/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM

FS	1136	P/D	ANDRE MIQUELINO CARNEIRO	SDR	12/08/07	15/08/07	BSB/RBR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1137	P/D	CARLOS HENRIQUE ROSA	SDR	15/08/07	18/08/07	BSB/RBR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1140	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO DUARTE DE ANDRADE	SDR	12/08/07	15/08/07	BSB/PMW/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1194	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	26/08/07	01/09/07	FOR/MAO/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	1195	P/D	RONALDO RAMOS VASCONCELOS	SDR	26/08/07	31/08/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1196	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	06/10/07	14/10/07	BSB/BRUXELAS/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1214	P/D	DIVINO DA COSTA VAZ	SDR	29/08/07	01/09/07	BSB/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1268	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	09/09/07	14/09/07	BSB/NAT/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1269	P/D	PAULO PITANGA DO AMPARO	SDR	09/09/07	13/09/07	BSB/NAT/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1305	P/D	ANTONIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA	SDR	12/09/07	15/09/07	BSB/FOR/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>1354</b>	<b>P/D</b>	<b>SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA</b>	<b>SDR</b>	<b>16/09/07</b>	<b>16/09/07</b>	<b>VIAGEM NÃO APROVADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	1375	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	27/09/07	27/09/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1421	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	04/10/07	09/10/07	BSB/PVH/RBR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1437	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	30/09/07	02/10/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1479	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	16/10/07	20/10/07	FOR/MAO/TBT/MAO/FOR	CRISTIANE	SIM
FS	1516	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	15/10/07	20/10/07	BSB/CGR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1517	P/D	MARIA JOSÉ MONTEIRO	SDR	15/10/07	20/10/07	BSB/CGR/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1543	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	21/10/07	23/10/07	BSB/CGB/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>1544</b>	<b>P/D</b>	<b>JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA</b>	<b>SDR</b>	<b>25/10/07</b>	<b>27/10/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
<b>FS</b>	<b>1564</b>	<b>P/D</b>	<b>MARIA DE FATIMA FARIA</b>	<b>SDR</b>	<b>23/10/07</b>	<b>31/10/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
<b>FS</b>	<b>1582</b>	<b>P/D</b>	<b>MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA</b>	<b>SDR</b>	<b>28/10/07</b>	<b>01/11/07</b>	<b>VIAGEM NÃO APROVADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	1590	P/D	GILVANIA CONCEICAO MENDES	SDR	26/10/07	28/10/07	BSB/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1591	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	26/10/07	28/10/07	BSB/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1616	P/D	ELAENE LEILA DE OLIVEIRA ROCHA	SDR	04/11/07	06/11/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1617	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	04/11/07	06/11/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1651	P/D	GERSON BENEVUTO BEZERRA DO NASCIMENTO	SDR	07/11/07	10/11/07	BSB/RCO/MAO/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1652	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	07/11/07	10/11/07	BSB/RCO/MAO/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1653	P/D	GERSON BENEVUTO BEZERRA DO NASCIMENTO	SDR	11/11/07	13/11/07	BSB/SLZ/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>FS</b>	<b>1655</b>	<b>P/D</b>	<b>FREDERICO GUILHERME LIVINO DE CARVALHO</b>	<b>SDR</b>	<b>11/11/07</b>	<b>13/11/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
<b>FS</b>	<b>1663</b>	<b>P/D</b>	<b>SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA</b>	<b>SDR</b>	<b>11/11/07</b>	<b>14/11/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	1708	P/D	SAMUEL MENEZES DE CASTRO	SDR	11/11/07	13/11/07	BSB/SLZ/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1709	P/D	ELAENE LEILA DE OLIVEIRA ROCHA	SDR	11/11/07	13/11/07	BSB/MCP/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1710	P/D	GIULIANA DE ABREU CORREIA	SDR	11/11/07	13/11/07	BSB/MCP/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1717	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	12/11/07	15/11/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1734	P/D	RONALDO RAMOS VASCONCELOS	SDR	21/11/07	24/11/07	BSB/MAC/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1766	P/D	MARIA JOSÉ MONTEIRO	SDR	22/11/07	24/11/07	BSB/RBC/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1778	P/D	JOÃO MENDES DA ROCHA NETO	SDR	22/11/07	24/11/07	BSB/CWB/BSB	CRISTIANE	SIM

FS	1805	P/D	<b>JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA</b>	SDR	22/11/07	24/11/07	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
FS	1806	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	29/11/07	01/12/07	BSB/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1834	P/D	MARIA AMELIA DE ANDRADE	SDR	02/12/07	07/12/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1835	P/D	SAMUEL MENEZES DE CASTRO	SDR	04/12/07	08/12/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
FS	1839	P/D	CARLOS EDUARDO BASTOS FIALHO	SDR	02/12/07	07/12/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	015	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	16/01/07	19/01/07	FOR/BSB/FOR	CRISTIANE	SIM
<b>Normal</b>	<b>084</b>	<b>P/D</b>	<b>RONALDO RAMOS VASCONCELOS</b>	<b>SDR</b>	<b>07/02/07</b>	<b>09/02/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
<b>Normal</b>	<b>085</b>	<b>P/D</b>	<b>JOÃO MENDES DA ROCHA NETO</b>	<b>SDR</b>	<b>07/02/07</b>	<b>09/02/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
<b>Normal</b>	<b>089</b>	<b>P/D</b>	<b>MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA</b>	<b>SDR</b>	<b>14/02/07</b>	<b>16/02/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
Normal	116	P/D	FREDERICO GUILHERME LIVINO DE CARVALHO	SDR	14/02/07	16/02/07	BSB/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	126	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	06/02/07	09/02/07	FOR/BSB/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	166	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	26/02/07	01/03/07	FOR/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	177	P/D	<b>TANIA BACELAR DE ARAUJO</b>	<b>SDR</b>	<b>22/02/07</b>	<b>22/02/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>SIM</b>
Normal	195	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	27/02/07	02/03/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>Normal</b>	<b>221</b>	<b>P/D</b>	<b>WILSON TORRES FILHO</b>	<b>SDR</b>	<b>06/03/07</b>	<b>09/03/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
<b>Normal</b>	<b>233</b>	<b>P/D</b>	<b>RONALDO RAMOS VASCONCELOS</b>	<b>SDR</b>	<b>CLD</b>	<b>CLD</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CLD</b>	<b>CLD</b>
Normal	269	P/D	PAULO PITANGA DO AMPARO	SDR	14/03/07	16/03/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	270	P/D	ALBERTO CARLOS LOURENCO PEREIRA	SDR	14/03/07	16/03/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>Normal</b>	<b>295</b>	<b>P/D</b>	<b>MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA</b>	<b>SDR</b>	<b>21/03/07</b>	<b>22/03/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
Normal	344	P/D	CELIA GALDINO	SDR	10/04/07	13/04/07	BSB/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	345	P/D	FREDERICO GUILHERME LIVINO DE CARVALHO	SDR	10/04/07	13/04/07	BSB/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	347	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	10/04/07	13/04/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	373	P/D	ELAENE LEILA DE OLIVEIRA ROCHA	SDR	11/04/07	13/04/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	394	P/D	JOÃO MENDES DA ROCHA NETO	SDR	10/04/07	12/04/07	BSB/MCZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	452	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	24/04/07	27/04/07	FOR/BEL/TUCURUÍ/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	507	P/D	FREDERICO GUILHERME LIVINO DE CARVALHO	SDR	03/05/07	04/05/07	BSB/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	536	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	08/05/07	10/05/07	FOR/BSB/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	537	P/D	PAULO PITANGA DO AMPARO	SDR	07/05/07	11/05/07	BSB/MAO/BOA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	540	P/D	MARIA JOSÉ MONTEIRO	SDR	10/05/07	11/05/07	BSB/PMW/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>Normal</b>	<b>624</b>	<b>P/D</b>	<b>ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR</b>	<b>SDR</b>	<b>28/05/07</b>	<b>31/05/07</b>	<b>VIAGEM NÃO APROVADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
Normal	645	P/D	ANTONIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA	SDR	29/05/07	31/05/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	675	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	28/05/07	30/05/07	BSB/BHZ/MOC/BHZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	815	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	20/06/07	22/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	822	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	13/06/07	15/06/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	908	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	02/07/07	05/07/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1059	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	06/08/07	10/08/07	FOR/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	1117	P/D	SARA QUIZIA CORREA MOTA	SDR	08/08/07	10/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM

Normal	1118	P/D	LUIZ ANTONIO MEDEIROS DA SILVA	SDR	08/08/07	10/08/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1141	P/D	MARIA DE FATIMA FARIA	SDR	14/08/07	16/08/07	BSB/PVH/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1142	P/D	PEDRO EDNARDO SARAIVA SERPA	SDR	15/08/07	17/08/07	BSB/MCP/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1183	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	21/08/07	24/08/07	FOR/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	1212	P/D	ANTONIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA	SDR	27/08/07	30/08/07	BSB/MAO/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1233	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	30/08/07	31/08/07	BSB/BHZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1276	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	10/09/07	13/09/07	FOR/BEL/FOR	CARLA	SIM
Normal	1361	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	11/09/07	11/09/07	THE/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1364	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	25/09/07	27/09/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1372	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	25/09/07	28/09/07	FOR/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	1373	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	27/09/07	27/09/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1406	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	24/09/07	25/09/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>Normal</b>	<b>1436</b>	<b>P/D</b>	<b>MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA</b>	<b>SDR</b>	<b>02/10/07</b>	<b>05/10/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
Normal	1521	P/D	OSVALDO DE DEUS FERREIRA JUNIOR	SDR	15/10/07	17/10/07	BSB/SLZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1524	P/D	JOÃO MENDES DA ROCHA NETO	SDR	23/10/07	26/10/07	BSB/PN/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1525-1C	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	23/10/07	26/10/07	BSB/PNZ/REC/BSB	CARLA	SIM
Normal	1542	P/D	MARIA DA CONCEIÇÃO FAHEINA BARBOSA	SDR	22/10/07	25/10/07	FOR/BEL/FOR	CRISTIANE	SIM
Normal	1565	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	30/10/07	02/11/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1602	P/D	ANTONIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA	SDR	29/10/07	31/10/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1618	P/D	JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO	SDR	06/11/07	09/11/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1625	P/D	RICARDO DIAS RAMAGEM	SDR	06/11/07	09/11/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1646	P/D	RONALDO RAMOS VASCONCELOS	SDR	12/11/07	14/11/07	BSB/BHZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1648	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	07/11/07	09/11/07	BSB/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1660	P/D	LOYANE DE SOUSA TAVARES	SDR	12/11/07	14/11/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1661	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	12/11/07	14/11/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1662	P/D	PAULO PITANGA DO AMPARO	SDR	12/11/07	14/11/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1683	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	12/11/07	13/11/07	BSB/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1732	P/D	RICARDO DIAS RAMAGEM	SDR	20/11/07	22/11/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>Normal</b>	<b>1742</b>	<b>P/D</b>	<b>PAULO PITANGA DO AMPARO</b>	<b>SDR</b>	<b>21/11/07</b>	<b>23/11/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
Normal	1743	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	21/11/07	23/11/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1768	P/D	JOÃO MENDES DA ROCHA NETO	SDR	21/11/07	22/11/07	BSB/BHZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	<b>1777</b>	<b>P/D</b>	<b>ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR</b>	<b>SDR</b>	<b>19/11/07</b>	<b>22/11/07</b>	<b>VIAGEM CANCELADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
Normal	1821	P/D	JOÃO MENDES DA ROCHA NETO	SDR	27/11/07	30/11/07	BSB/PNZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1822	P/D	LOYANE DE SOUSA TAVARES	SDR	27/11/07	30/11/07	BSB/PNZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1823-1C	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	29/11/07	30/11/07	BSB/PNZ/SSA/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1838	P/D	SIMPLICIO MARIO DE OLIVEIRA	SDR	03/12/07	07/12/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1885	P	GEORGETT MOTTA CAVALCANTE	SDR	29/11/07	30/11/07	BEL/BSB/BEL	CRISTIANE	SIM

Normal	1889	P/D	HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA	SDR	05/12/07	07/12/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1890	P/D	ANTONIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA	SDR	05/12/07	07/12/07	BSB/THE/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1903-1C	P/D	RICARDO DIAS RAMAGEM	SDR	05/12/07	07/12/07	BSB/THE/SLZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1904	P/D	GERSON BENEVUTO BEZERRA DO NASCIMENTO	SDR	03/12/07	07/12/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1905	P/D	JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA	SDR	03/12/07	07/12/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1915-1P	P/D	RONALDO RAMOS VASCONCELOS	SDR	04/12/07	07/12/07	BSB/BHZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1916	P/D	UBAJARA BEROCAN LEITE	SDR	04/12/07	06/12/07	BSB/BHZ/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1934	P/D	ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR	SDR	10/12/07	13/12/07	BSB/REC/BSB	CRISTIANE	SIM
<b>Normal</b>	<b>1937</b>	<b>P/D</b>	<b>HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA</b>	<b>SDR</b>	<b>10/12/07</b>	<b>11/12/07</b>	<b>VIAGEM NÃO REALIZADA</b>	<b>CRISTIANE</b>	<b>CLD</b>
Normal	1938	P/D	CELIA GALDINO	SDR	11/12/07	14/12/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1939	P/D	TANIA MARIA NUNES DE ALMEIDA	SDR	11/12/07	14/12/07	BSB/BEL/BSB	CRISTIANE	SIM
Normal	1970	P	ELDA GALVÃO DINIZ	SDR	17/12/07	17/12/07	BSB/REC	CRISTIANE	SIM
Normal	1973	P/D	PAULO PITANGA DO AMPARO	SDR	11/12/07	12/12/07	BSB/RIO/BSB	CRISTIANE	SIM

### Classificação da Viagem

**Normal:** Viagens que iniciaram e terminaram em dias de semana

**FS (Final de Semana):** Propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se em sextas-feiras, bem como os que incluem sábados, domingos e feriados, conforme o art. 5º § 2º do Decreto Nº5.992 de 19 de dezembro de 2006.

**Despesa Total com Diárias (SDR)-2007**

**R\$  
89.027,02**

**Total Despesa com Passagens (SDR)-2007**

**R\$  
84.363,29**

### Tipo da Viagem

D: Somente Diárias

P: Somente Passagens

P/D: Diárias e Passagens